

A prática da contabilidade num escritório local: O caso da empresa Catarina Rocha, Lda.

Relatório de Estágio

Rafaela Ávila Valadão

Mestrado em

Ciências Económicas e Empresariais



A prática da contabilidade num escritório local: O caso da empresa Catarina Rocha, Lda.

Relatório de Estágio

Rafaela Ávila Valadão

Orientador

Prof. Doutor João Carlos Aguiar Teixeira

Relatório de estágio submetido como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Económicas e Empresariais, com especialização em Finanças e Contabilidade.



RESUMO

O presente trabalho consiste num relatório de estágio desenvolvido no âmbito do mestrado em Ciências Económicas e Empresariais, com especialização em Finanças e Contabilidade, da Universidade dos Açores. O estágio descrito, com a duração de um ano, foi iniciado a 2 de setembro de 2024 e realizou-se na empresa Catarina Rocha, Lda., escritório de prestação de serviços de contabilidade.

No decorrer do relatório, é realizado um enquadramento teórico sobre a contabilidade e uma caracterização da empresa acolhedora do estágio. De seguida são descritas as atividades desenvolvidas e, por fim, é elaborada uma análise crítica a todo o estágio.

A partir do enquadramento teórico, é dada a conhecer a história da contabilidade e a sua evolução desde os primeiros indícios da escrituração até à contabilidade moderna que conhecemos hoje, bem como o seu conceito e quatro características chave. São, também, exploradas as várias divisões que a contabilidade pode ter para melhor adequar o tratamento da informação contabilística às empresas; e a forma como a contabilidade e os recursos humanos, apesar de duas áreas aparentemente distintas, se podem complementar em função do sucesso das empresas.

Na caracterização da empresa, verifica-se que esta é uma microempresa focada no crescimento dos negócios locais e com um conhecimento vasto das diversas necessidades e atividades dos seus clientes.

As atividades desenvolvidas durante o estágio que se encontram descritas neste relatório são a receção, classificação, lançamento e arquivo de documentos; procedimentos de controlo interno; atividades relacionadas com recursos humanos; e obrigações fiscais e contributivas, destacando o Modelo 22 sobre o IRC.

Finalmente, a partir da análise crítica ao estágio é constatado como a Catarina Rocha, Lda. é uma empresa com um bom ambiente de trabalho e de que forma certos pontos e características suas, como a dependência no mercado local, podem influenciar o seu sucesso. Nas atividades desenvolvidas, algumas apresentaram uma execução mais fácil que outras sendo sentido sempre o apoio de todos os colegas no escritório. Também, toda a formação académica serviu de ferramenta que forneceu conhecimentos imprescindíveis ao sucesso do estágio.

Palavras-chave: Catarina Rocha, Lda.; Contabilidade; Estágio

ABSTRACT

This work consists of an internship report developed as part of the Master's degree in Economics and Management Sciences, with a specialization in Finance and Accounting, from the University of the Azores. The described intership, with a duration of one year, began on September 2, 2024 and took place in the company Catarina Rocha, Lda., an accounting services firm.

Throughout the report, it is provided a theoretical framework on accounting and a characterization of the company hosting the internship. Then, the activities developed are described and, finally, a critical analysis of the entire intership is conducted.

From the theoretical framework, it is presented the history of accounting and its evolution since the first signs of bookkeeping up to the modern accounting we know today, as well as its concept and four key characteristics. It is, also, explored the various divisions that accounting can have to better adapt the treatment of accounting information to companies; and the way in which accounting and human resources, despite being two seemingly distinct areas, can complement each other for the success of companies.

In the company's characterization, it is observed that this is a microenterprise focused on the growth of local businesses and with extensive knowledge of the clients' various needs and activities.

The activities developed during the intership that are described in this report are the reception, classification, entry and archiving of documents; internal control procedures; human resources related activities; and tax and contributory obligations, highlighting the Modelo 22 for corporate income tax.

Finally, from the intership's critical analysis, it is possible to see how Catarina Rocha, Lda. is a company with a good work environment and how certain aspects and characteristics of it, such as dependence on the local market, can influence its success. Among the developed activities, some were easier to execute than others, but it was always felt the support from all the colleagues in the office. Also, all the academic training served as a tool that provided knowledge essential to the success of the intership.

Keywords: Accounting; Catarina Rocha, Lda.; Internship

AGRADECIMENTOS

A elaboração deste relatório de estágio simboliza o final de uma caminhada muito bonita que tive a oportunidade de percorrer durante a formação académica, e que contribuiu das mais diversas formas para o meu crescimento pessoal. Assim, deixo o meu profundo obrigada a todos aqueles que de alguma forma me auxiliaram a chegar aqui.

Ao Prof. Doutor João Carlos Aguiar Teixeira, por ter aceite orientar este relatório. Todo o acompanhamento, profissionalismo, e observações críticas foram fundamentais para a realização deste trabalho.

À Universidade dos Açores, em especial à Faculdade de Economia e Gestão e todos os professores com quem pude aprender durante a licenciatura e mestrado, pela oportunidade que me foi dada de poder estudar nesta casa que tão bem me acolheu e preparou para o futuro.

À Catarina, à Carla e ao Sr. Saúl, pelo apoio, paciência, e por tudo o que me ensinaram ao longo do estágio. Teria sido bem mais difícil se não fossem eles.

À minha irmã, à minha mãe e ao meu pai, os grandes pilares deste percurso, sem os quais nada disto seria possível. As palavras de conforto, os abraços e o apoio incondicional foram indispensáveis ao longo de todo este caminho. Foram eles que acreditaram em mim e me motivaram a continuar, foi por eles que nunca desisti, e é por eles que concluo esta etapa.

ÍNDICE

RESUMO	i
ABSTRACT	ii
AGRADECIMENTOS	iii
ÍNDICE.....	iv
LISTA DE FIGURAS	v
LISTA DE ABREVIATURAS.....	vi
CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO TEÓRICO SOBRE A CONTABILIDADE	2
2.1. Origem, conceito e características da contabilidade	2
2.2. As divisões da contabilidade	4
2.3. Os recursos humanos e a contabilidade.....	7
CAPÍTULO III – CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA CATARINA ROCHA, LDA.	
.....	10
3.1. Apresentação da empresa	10
3.2. Visão, missão, propósito e valores	11
3.3. Clientes.....	13
CAPÍTULO IV – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ESTÁGIO.....	16
4.1. Receção, classificação, lançamento e arquivo de documentos	16
4.2. Procedimentos de controlo interno	18
4.3. Atividades relacionadas com recursos humanos	20
4.4. Obrigações fiscais e contributivas	22
4.4.1. Declaração mensal de remunerações	23
4.4.2. Declaração periódica do IVA.....	24
4.4.3. Declaração trimestral de rendimentos.....	26
4.4.4. Modelo 10 – rendimentos e retenções.....	27
4.5. Modelo 22 – IRC.....	28
CAPÍTULO V – ANÁLISE CRÍTICA AO ESTÁGIO	32
5.1. Análise crítica à empresa.....	32
5.2. Análise crítica às atividades desenvolvidas.....	36
5.2.1. Análise crítica à receção, classificação, lançamento e arquivo de documentos	36
5.2.2. Análise crítica os procedimentos de controlo interno	37
5.2.3. Análise crítica às atividades relacionadas com recursos humanos	38
5.2.4. Análise crítica às obrigações fiscais e contributivas.....	39
5.2.5. Análise crítica ao Modelo 22 – IRC.....	40
5.3. Aplicação de conhecimentos adquiridos durante a licenciatura e o mestrado ..	41
CAPÍTULO VI – CONCLUSÃO.....	44
REFERÊNCIAS	46

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Análise SOWT da empresa Catarina Rocha, Lda.	33
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS

CAE – Classificação Portuguesa das Atividades Económicas

DMR – Declaração Mensal de Remunerações

IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas

IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado

PME – Micro, Pequena e Média Empresa

RAA – Região Autónoma dos Açores

SAF-T – *Standart Audit File for Tax*

SWOT – *Strenghts, Weaknesses, Opportunities, Threats*

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

Elaborado no âmbito do segundo ano do mestrado em Ciências Económicas e Empresariais, com especialização em Finanças e Contabilidade, da Universidade dos Açores, o presente relatório tem por foco o estágio realizado na empresa Catarina Rocha, Lda.. Este estágio teve como campo de atuação a área da contabilidade e a sua aplicação prática num escritório privado local, e foi integrado no programa ESTAGIAR L. O relatório foi elaborado sob orientação do Prof. Doutor João Carlos Aguiar Teixeira.

Ao longo do relatório são desenvolvidos seis capítulos, começando pelo presente, referente à introdução. De seguida, no segundo capítulo, é realizado um enquadramento teórico sobre a contabilidade, sendo apresentada a história do seu desenvolvimento, conceito e características. Neste capítulo, a contabilidade também é analisada de acordo com as possíveis formas de a dividir através de aspetos específicos a cada campo. Por fim, é descrito de que forma a parceria entre a contabilidade e os recursos humanos pode ser vantajosa para ambas as áreas.

No terceiro capítulo é realizada uma caracterização da Catarina Rocha, Lda., começando pela sua breve apresentação e descrição da atividade. São exploradas a visão, missão, propósito e valores base que contribuem para o bom funcionamento da entidade. Para além disso, é, também, dado a conhecer os clientes da Catarina Rocha, Lda., sendo eles o centro de toda a sua atividade.

No quarto capítulo, são descritas as atividades desenvolvidas ao longo do estágio, estando estas divididas de acordo com a sua natureza. Assim, as atividades descritas vão desde a receção, classificação, lançamento e arquivo de documentos; passando por procedimentos de controlo interno e atividades relacionadas com recursos humanos. São também descritas atividades desempenhadas no âmbito das obrigações fiscais e contributivas das empresas, dando especial ênfase ao Modelo 22 do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).

Após a descrição das atividades, no quinto capítulo é elaborada uma análise crítica, não só às atividades, mas a todo o estágio, iniciando-se com a análise à empresa acolhedora do estágio. Nesta análise é, também, explorado de que forma a formação académica e os conceitos lecionados contribuíram para o desenvolvimento do estágio.

Finalmente, o sexto e último capítulo do relatório é composto pela conclusão, com o culminar de todo o relatório e do estágio. Nesta reflexão final, são considerados todos os conhecimentos e experiências adquiridos ao longo do estágio e da elaboração do relatório.

CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO TEÓRICO SOBRE A CONTABILIDADE

Neste segundo capítulo, é abordada a história da existência da contabilidade, bem como o seu conceito e características. Também são descritas as divisões da contabilidade, de acordo com critérios específicos, e a forma como os recursos humanos interagem e complementam a contabilidade.

2.1. Origem, conceito e características da contabilidade

A contabilidade que hoje conhecemos remonta a um estudo, avaliações rigorosas e experiência prática realizadas há tanto tempo quanto a própria existência do dinheiro (Fernando, 2025), sendo uma linguagem mundial usada há milhares de anos (The Investopedia Team, 2024).

Para perceber o conceito de contabilidade deve-se começar por descrever aquilo que Stice e Stice (s.d.) dizem ser o aspeto menos interessante da contabilidade, mas o mais imprescindível ao negócio, a escrituração. A escrituração é o registo sistemático e quantitativo das transações da atividade de uma empresa contribuindo tanto para acompanhar como para avaliar o seu desempenho.

Desta forma, o primeiro indício de escrituração, e da própria contabilidade, é exibido nas civilizações mesopotâmias, há mais de 7.000 anos, que usavam métodos primitivos da contabilidade para registar transações de animais, peixe e agricultura, que aconteciam num sistema de troca. É nesta altura que os escriturários começam a aparecer e a escrituração é executada em forma de narrativa com datas e detalhes de cada transação, o que facilitava a finalização destas após passarem longos períodos de tempo (The Investopedia Team, 2024).

Ao longo do tempo, até finais do século XV, a escrituração evoluiu de um registo somente em narrativa para a escrituração de entrada única. Neste método de escrituração passam a existir 3 colunas no registo das transações, para a data, a descrição e o valor a ser transacionado. A descrição, ainda realizada em forma de narrativa, registava informação acerca de quem e/ou a quem era devido algo. Os valores recebidos e pagos encontravam-se numa única coluna, onde o escriturário teria de decidir, através do registado na descrição, se somava ou subtraía o valor para calcular as simples despesas e rendimentos mensais. Portanto, este método era demorado e ineficiente (The Investopedia Team, 2024).

Em 1494 foi publicado o trabalho que serve de base para a contabilidade moderna que hoje conhecemos. Escrita pelo frade italiano Luca Pacioli, também conhecido como o “pai da contabilidade”, a obra “*Summa de Arithmetica, Geometria, Proportioni et Proportionalita*” dá os primeiros passos no método das partidas dobradas, dando o conceito do método, que consiste em separar em duas colunas, débitos e créditos, os recursos de uma empresa de acordo com a descrição de cada transação. O método das partidas dobradas veio inovar a escrituração, tornando-a mais eficiente ao proporcionar uma imagem mais transparente de uma empresa (The Investopedia Team, 2024).

Desta forma, com o entendimento do conceito de escrituração, é possível dividir a contabilidade em 2 fases: a escrituração, com o registo da informação relevante; e a análise, organização e avaliação da mesma informação (Stice & Stice (s.d.)). Esta segunda fase, através do resumo conciso da informação em demonstrações financeiras, é importante para o planeamento estratégico de uma empresa e para posteriores tomadas de decisão sobre gestão de operações e captação de recursos (Fernando, 2025).

Posto isto, a contabilidade pode ser definida como sendo um sistema que fornece informação quantitativa e financeira sobre empresas económicas, com a intenção de ser útil à tomada de decisões (American Institute of Certified Public Accountants, 1970, citado por Stice & Stice, s.d.). A partir desta definição podemos encontrar quatro características chave da contabilidade. A primeira são os números, isto é, ao ser quantitativa, a contabilidade utiliza números de forma a ser facilmente registada e resumida, ajudando na sua análise. No entanto, algumas situações importantes não podem ser quantificadas, ficando perdidas nessa análise, como é o caso de processos legais e ambientais. A segunda característica, a sua dimensão financeira, refere que, enquanto o desempenho de uma empresa pode ser observado por diferentes perspetivas, como a imagem pública, impacto no ambiente ou na comunidade, a contabilidade concentra-se na dimensão financeira das empresas. A terceira característica é a sua utilidade, refletindo que, apesar de ser suportada por teoria e normas legais revistas ao longo dos anos, a contabilidade só existe por ser prática e útil para os utilizadores. Por fim, a quarta característica refere-se a decisões futuras baseadas em informação passada, retratando que todos os registos realizados pela contabilidade só podem ser úteis se de alguma forma impactarem decisões a serem tomadas sobre o futuro de uma empresa.

Além destas características, também é possível destacar a contabilidade pela importância que ela tem para com todo o bom funcionamento de uma empresa. Em

primeiro lugar, quanto ao seu crescimento, sem a contabilidade não é possível saber que departamentos e/ou produtos dão mais despesas e lucros, de forma a tomar decisões fundamentadas; quanto à captação de financiamento, a partir das demonstrações financeiras, investidores externos e bancos podem avaliar o estado de uma empresa de modo a saberem no que estão a investir, no caso dos investidores, e de saberem se a empresa preenche requisitos na aquisição de dívida, no caso dos bancos. No que toca a obrigações, certas empresas são obrigadas a estar abrangidas pelo regime de contabilidade organizada. Deste modo, as meras obrigações legais e fiscais que as empresas têm para com o Estado tornam a contabilidade um fator indispensável numa empresa. No que diz respeito à saída e entrada de um sócio, estes procedimentos requerem uma avaliação do valor da empresa através de relatórios contabilísticos; e, por fim, é através da contabilidade que uma entidade sabe quanto, de quem e a quem deve receber ou pagar, mantendo uma boa relação com clientes e fornecedores, respeitando prazos de pagamento e recebimento (Fernando, 2025).

Assim sendo, ao longo de vários anos, a partir do processo de registo de transações financeiras e respetivo resumo e análise concisos, a contabilidade tem sido uma peça fundamental em qualquer tipo de negócio, independentemente do seu tamanho, apoiando a tomada de decisão e avaliação de aspetos essenciais à atividade.

2.2. As divisões da contabilidade

A fim de haver uma recolha, tratamento e divulgação de informação contabilística considerando as finalidades específicas da contabilidade, devem existir diversos ramos dentro desta que contribuam para o tratamento da informação adequada tanto para a gestão das entidades como para a sua divulgação externa (Gonçalves *et al.*, 2016). Desta forma, Monteiro (2013) divide a contabilidade considerando três grandes campos: o organismo a que se destina; o período de relevação dos factos; e o objeto.

Assim sendo, começando pelo organismo a que se destina, a contabilidade pode ser dividida em privada, pública ou nacional. Em relação à contabilidade privada, esta tem por objetivo melhorar a gestão de uma entidade, com o intuito de obter lucros e benefícios (dos Santos & Saraiva, 2016).

No entanto, a informação gerada nesta contabilidade deve, também, ser útil a vários utilizadores com objetivos específicos (Gonçalves *et al.*, 2016), como investidores, auxiliando na tomada de decisão de vender ou comprar títulos de uma empresa e avaliar

a rentabilidade esperada; funcionários, ajudando-os a perceber se a entidade empregadora tem capacidade de assegurar remunerações e benefícios, e promover oportunidades de emprego; ou mutuantes, de forma a definir empréstimos, juros e as características do seu pagamento. Outros utilizadores deste tipo de contabilidade são os fornecedores e outros credores comerciais, auxiliando a averiguar se serão pagos nas datas de vencimento definidas; clientes e outros devedores comerciais, que pretendem avaliar a capacidade de uma empresa dar continuidade à sua atividade, especialmente se houver dependência e envolvimento longo entre ambos; o Estado, de forma a manter-se informado sobre as atividades das empresas e da alocação dos seus recursos, criar e melhor adequar políticas de tributação, e obter informação para fins estatísticos; e, por fim, o público em geral, com o objetivo de avaliar o contributo das empresas na economia local e conhecer as suas atividades e evolução ao longo do tempo.

Deste modo, podemos ver como a informação acerca de uma empresa privada pode ser útil a um vasto leque de utilizadores pelas mais diversas razões. No entanto, mesmo sendo útil à maior parte dos utilizadores, esta informação, tal como referido anteriormente, não abrange eventos não financeiros, podendo não ser a mais adequada para auxiliar os utilizadores na tomada de decisão (dos Santos & Saraiva, 2016).

No que respeita à contabilidade pública, o seu objetivo recai na gestão, produção e distribuição eficaz dos bens e serviços públicos, de maneira a proporcionar bem-estar social à população (dos Santos & Saraiva, 2016).

Assim, segundo Gonçalves *et al.* (2016), os utentes da informação proveniente da contabilidade pública são os cidadãos em geral, ajudando-os a avaliar os serviços disponíveis, a partir da sua eficácia, eficiência e custos; os corpos legislativos e de controlo, de forma a obterem informação sobre a situação financeira e orçamental destas entidades, os investidores e credores, que avaliam a capacidade destas entidades cumprirem obrigações contratuais, quais os recursos que estas têm disponíveis e qual o risco contraído; e, por último, os órgãos de gestão internos que utilizam a informação para avaliar a posição financeira e situação económica da empresa, bem como possíveis alterações, aferir o cumprimento das obrigações legais no planeamento e orçamentação, e avaliar a gestão e organização da entidade.

Assim sendo, a informação proveniente de entidades públicas não tem como fim o relato financeiro, mas sim ajudar os seus utilizadores nas tomadas de decisão específicas

às suas necessidades e avaliar a responsabilidade com que os órgãos de gestão gerem estas entidades (dos Santos & Saraiva, 2016).

Em último lugar no organismo a que se destina, a contabilidade nacional respeita a regiões, nações ou grupos de nações com o intuito de estudar a economia num todo. A informação concebida nesta contabilidade possibilita a elaboração de comparações e previsões das diferentes regiões, dando origem a informação macroeconómica, quantificada e relevante. Esta informação, como o produto interno bruto e estatísticas de emprego, ajudam a avaliar a atividade e evolução da economia das regiões, bem como a medir o nível de bem-estar das suas populações (Gonçalves *et al.*, 2016).

De seguida, partindo para o período de relevação dos factos, a contabilidade pode ser dividida em previsional e histórica. Quanto à contabilidade previsional, também denominada como orçamental, apriorista ou *ex-ante*, esta refere-se ao uso de informação histórica para obter uma previsão do que poderão ser os resultados futuros e definir uma base de comparação para o que realmente acontecerá, ajudando os utilizadores deste tipo de informação a tomar decisões ponderadas. Assim sendo, ao utilizar o desempenho passado como base, a contabilidade previsional “permite a elaboração de fundamentados planos de atividade e a formulação de regras a que a ação se deve subordinar” (Monteiro, 2013, p.25). Não é uma contabilidade precisa, pois não tem em consideração acontecimentos inesperados difíceis de prever, no entanto, reflete aquilo que é desejável e provável acontecer numa entidade (Chen, 2024; Monteiro, 2013).

No que respeita à contabilidade histórica, também denominada de à posteriori ou *ex-post*, esta tem por objetivo apresentar o que concretamente aconteceu e que objetivos previamente definidos foram concretizados, de acordo com as decisões tomadas pela gestão. À vista disso, apesar de ser centrada em acontecimentos passados, é essencial à previsão da informação da contabilidade previsional e, posteriormente, ao controle desta (Monteiro, 2013).

Por fim, em relação ao objeto, Fernando (2025) divide a contabilidade em quatro categorias: financeira, de gestão, de custos e fiscal. Em primeiro lugar, a contabilidade financeira, também conhecida como contabilidade geral ou externa, trata todo o processo de preparar e apresentar as demonstrações financeiras, bem como a recolha de todas as transações resumidas nestas (Monteiro, 2013; Fernando, 2025). Seguidamente, a contabilidade de gestão, ao utilizar muita da mesma informação que a financeira, debruça-se sobre a orçamentação, previsão e outras ferramentas de análise financeira. Através de

relatórios periódicos, auxilia a gerência de uma entidade nas tomadas de decisão sobre o funcionamento da sua atividade. Ambas as contabilidades apresentadas utilizam a moeda como medida no desempenho da empresa (Fernando, 2025).

No que se refere à contabilidade de custos, esta calcula e controla os custos associados à produção de um produto ou serviço, ajudando a empresa a tomar decisões sobre os seus custos. Desta forma, e ao contrário dos campos anteriores, a contabilidade de custos utiliza a moeda como fator económico da produção. Por fim, na contabilidade fiscal, é usado um conjunto de regras legais impostas pelo Estado para relatar a posição financeira de uma empresa. Assim, o objetivo desta contabilidade é o de tentar minimizar a quantidade de impostos pagos pela empresa através de um controlo frequente da conformidade das operações e decisões estratégicas da empresa com a lei em vigor, e do cumprimento de obrigações legais (Fernando, 2025).

2.3. Os recursos humanos e a contabilidade

Os recursos humanos e a contabilidade são áreas fundamentais para a atividade de uma empresa, com tarefas e responsabilidades específicas a cada um. Enquanto os recursos humanos centram-se na gestão e desenvolvimento da força de trabalho, a contabilidade foca-se no registo e reporte de transações financeiras, sendo ambos normalmente vistos como duas áreas distintas. No entanto, de forma a manter o sucesso e bom funcionamento do negócio, é necessário haver uma colaboração entre eles que contribua para o cumprimento de objetivos e para a resolução de problemas (Deckett, s.d.; SEO, 2024).

No que se refere ao processamento de vencimentos, a parceria entre os dois campos começa na recolha de informação, conduzida pelos recursos humanos, sobre os colaboradores, englobando horas de trabalho, benefícios e/ou deduções a adicionar/descontar no salário, e informação necessária ao cálculo de impostos. Depois do seu apuramento, a contabilidade utiliza esta informação para calcular o vencimento a ser pago ao colaborador tendo em conta o vencimento base, trabalho extraordinário, e gratificações e descontos a efetuar, quer sejam obrigatórios, como a retenção na fonte e a segurança social, ou voluntários, como planos de reforma ou seguros de saúde. Após todo este processo, tanto os recursos humanos como a contabilidade são responsáveis por assegurar a declaração e o pagamento das deduções obrigatórias efetuadas, manter o registo contínuo dos vencimentos, e responder ou resolver quaisquer questões relacionadas a estes (Duckett, s.d.).

Quanto à orçamentação e planejamento financeiro, os recursos humanos e a contabilidade trabalham em conjunto de forma a elaborar planos compatíveis com as necessidades da força de trabalho e garantir que os financiamentos sejam distribuídos prudentemente. Assim, os recursos humanos organizam a informação necessária à orçamentação referente ao seu departamento, desde informação salarial, custos de recrutamento e formação de pessoal, informação demográfica destes e as suas competências. Após a elaboração do orçamento, tendo em conta o desempenho passado e a previsão de despesas futuras, os dois departamentos certificam-se que tais orçamentos se alinham com as suas necessidades e adaptam-nas a possíveis eventos inesperados, com o fim de preparar a empresa para estes cenários (Duckett, s.d.; SEO, 2024).

Em relação à conformidade legal e fiscal, tal como abordado anteriormente, tanto os recursos humanos como a contabilidade devem ser responsáveis por garantir que a empresa acompanha as normas e exigências legais impostas. Deste modo, ambos os setores trabalham em conjunto com o intuito de responder a questões postas por possíveis auditorias, evitando o risco de multa e de transtornos legais (Duckett, s.d.; SEO, 2024).

No que respeita ao planejamento estratégico, ambos os ramos devem ser vistos como integrantes benéficos nas discussões estratégicas, de maneira a alinhar objetivos que possam ser comuns. Enquanto a contabilidade analisa o desempenho passado da empresa numa perspetiva financeira, prevendo as despesas, receitas e tendências que poderão vir com os objetivos estratégicos impostos, os recursos humanos trabalham o seu setor a fim de o alinhar com esses objetivos, identificando tendências na indústria, competências necessárias já existentes ou em falta nos colaboradores, e desenvolvendo estratégias de recrutamento e otimização de talento (Duckett, s.d.).

Posto isto, é possível perceber a importância da comunicação entre os recursos humanos e a contabilidade para o crescimento de uma empresa, e como a não existência desta comunicação pode prejudicar a entidade. Ao focar-se principalmente em números, a contabilidade deixa de parte questões e eventos não possíveis de quantificar podendo comprometer a atividade da empresa. Neste caso, a comunicação com os recursos humanos pode apaziguar as consequências desta característica da contabilidade, fornecendo ajuda na resposta a acontecimentos inesperados, na parte que respeita a questões centradas na força de trabalho (SEO, 2024).

Assim sendo, normalmente entendidas como duas áreas diferentes, conseguimos perceber como a contabilidade e os recursos humanos se entrelaçam em diversos aspetos comuns a elas, trabalhando em prol da entidade e contribuindo para o seu crescimento.

Em suma, podemos ver como a contabilidade tem desempenhado um papel essencial nas empresas ao longo dos anos. Desde os seus primeiros vestígios na Mesopotâmia, criação do método das partidas dobradas, até à contabilidade moderna, a contabilidade é uma ciência com largos anos de estudo e experiência prática. Este estudo contribuiu para um conceito de contabilidade que permite um entendimento preciso desta e das suas características próprias. Também são destacados os diversos campos da contabilidade, que permitem que esta se ajuste a necessidades e funções específicas, através na sua divisão de acordo com o organismo a que se destina, o período de relevação dos factos, e o objeto. Por fim, podemos ver como os recursos humanos e a contabilidade, duas áreas distintas, se conseguem, afinal, complementar e como a comunicação entre elas é vantajosa para a empresa, contribuindo para o cumprimento dos objetivos da empresa e para o melhoramento da eficácia e eficiência da sua atividade.

CAPÍTULO III – CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA CATARINA ROCHA, LDA.

Este capítulo tem o objetivo de dar a conhecer a empresa Catarina Rocha, Lda. através da apresentação da sua atividade, da descrição da sua visão, missão, propósito e valores, e da caracterização dos seus clientes.

3.1. Apresentação da empresa

A Catarina Rocha, Lda. é uma sociedade por quotas constituída a 1 de julho de 2019, com um capital social de 1.000€, sendo que 70% desse capital é detido pela sócia-gerente e contabilista certificada, e os restantes 30% pelo seu pai, tendo sido criada, principalmente, com a intenção de ajudar e facilitar a prestação de serviços de contabilidade por parte da sócia-gerente. Matriculada na Conservatória de Registo Comercial de Angra do Heroísmo com o número de identificação fiscal 515 545 465, a entidade tem sede no Caminho da Cidade, nº 96, na freguesia do Porto Judeu, em Angra do Heroísmo, no entanto exerce funções num escritório partilhado com outra empresa, localizado na Rua Mateus Álvares, nº 21, na freguesia de Santa Cruz, na Praia da Vitória, colocando-a como uma das 380 empresas de serviços de contabilidade dos Açores em 2023, 1,6% do total nacional, de acordo com o Gabinete de Estratégia e Estudos (2025).

Também, segundo o Gabinete de Estratégia e Estudos (2025), de 2020 a 2023, as micro e pequenas empresas representavam cerca de 99,7% das empresas com atividades contabilísticas em Portugal. À data de elaboração deste relatório, a Catarina Rocha, Lda. conta com duas colaboradoras, a sócia-gerente, Catarina Rocha, e uma técnica de contabilidade, Carla Rocha, e não auferem um volume de negócios anual ou balanço total anual excedente de 2 milhões de euros, caracterizando-a como microempresa.

Conforme a Classificação Portuguesa das Atividades Económicas (CAE), revisão 4, a Catarina Rocha, Lda. desempenha atividades sob o CAE 69201 – Atividades de contabilidade e consultoria fiscal, e sob o CAE 70200 – Atividades de consultoria para os negócios e outra consultoria para a gestão. Tendo o primeiro como atividade principal, a Catarina Rocha, Lda. exerce atividades de “registo das operações contabilísticas correntes”, “preparação de declarações de rendimentos fiscais, consultoria e representação (exceto a representação jurídica) perante as autoridades fiscais, executadas por conta de empresas ou de particulares” (Instituto Nacional de Estatística, I.P., 2007, p. 230).

Assim sendo, sob orientação da contabilista certificada, a empresa tem por objeto a atividade de prestação dos serviços descritos no artigo 10º do Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados. Este artigo do estatuto refere como a atividade abrange o compromisso de “assumir a responsabilidade pela regularidade técnica, na área contabilística, (...) das entidades (...) que possuam ou devam possuir contabilidade organizada” ou “exercer funções de consultoria nas áreas da contabilidade e da fiscalidade” (p. 12).

3.2. Visão, missão, propósito e valores

A determinação da visão, missão, propósito e valores de uma empresa contribui para a definição da sua estratégia de negócio dando a possibilidade de refletir sobre o seu presente e futuro, sendo das ferramentas mais importantes que uma empresa pode ter a seu favor. Desta maneira, após a sua definição, estes ideais são incorporados na rotina da empresa e, posteriormente, tornam-se decisivos na relação entre trabalhadores e líderes, no planeamento estratégico e no comportamento da empresa, podendo criar uma cultura organizacional partilhada por toda a entidade (Heemann, 2023).

Primeiramente, segundo Freire (2020), a visão é “um conjunto de intenções e aspirações para o futuro” (p.152) que, sendo um conceito mais geral, não explicita de que forma se deve alcançá-los. Serve de inspiração para os colaboradores de uma empresa e incentiva-os a desenvolver as suas capacidades e tirar o máximo partido delas. À vista disso, a visão deve responder, sobretudo, à pergunta “onde?”, em que sentido é que uma empresa se está a dirigir e onde é o futuro que esta procura alcançar, mantendo o foco no impacto a ter nas ações dos líderes e trabalhadores (Sooy, 2022). Deste modo, a definição da visão deve ser concisa, realista e inspiradora, servindo de guia para a direção das ações presentes e futuras, dando a conhecer o futuro que a empresa espera alcançar (Mitchell et al., 2024).

Assim sendo, a Catarina Rocha, Lda. tem por visão ser uma referência de trabalho na área da contabilidade e impulsionar o crescimento contínuo e sustentável dos pequenos negócios locais numa sociedade cada vez mais globalizada.

Em segundo lugar, a missão define a razão por detrás da existência de uma empresa e da sua motivação, determinando a estratégia e eliminando distrações (Sooy, 2022). Com o objetivo de alcançar o futuro estipulado na visão, a missão estabelece os ideais e orientações necessários a seguir no presente. A definição da missão, num registo mais

detalhado, poderá ter características tanto estratégicas como operacionais. Estratégicas, no que toca ao modo como a empresa age com o objetivo de ter sucesso de médio-longo prazo; e operacionais, no que toca à forma como a empresa atua hoje para aumentar o sucesso a curto prazo (Freire, 2020). Assim, a missão, de forma breve, clara e direta, responde às questões “o quê?” ou “quais?”, o que é que produzem; qual o negócio da empresa; quais são os seus clientes ou segmentos de mercado; o que é que estão a tentar alcançar (Mitchell et al., 2024; Freire, 2020).

Perante isto, a missão da Catarina Rocha, Lda. consiste em auxiliar as pequenas empresas a cumprir os seus objetivos, através da contabilidade e por meio de um serviço personalizado e próximo dos clientes e das suas atividades.

De seguida, tal como a missão, o propósito de uma empresa também estabelece o porquê desta existir, no entanto não deve ir de encontro com a criação de valor económico, mas sim com a sustentabilidade ambiental, social e governativa (Freire, 2020). No caso do propósito, este deve responder à questão “porquê?”, porque é que uma empresa existe, para além de gerar valor; porque é que isso é importante. O propósito de uma empresa deve guiar os seus colaboradores e proporcionar uma razão para se dedicarem e darem o seu melhor no trabalho (Sooy, 2022).

Desta forma, o propósito da Catarina Rocha, Lda. é o de contribuir para o crescimento dos pequenos negócios locais, com a finalidade de colaborar no desenvolvimento sustentável da economia local, ameaçada pela globalização.

Por último, os valores de uma empresa são “o conjunto de princípios e comportamentos fundamentais” (Freire, 2020, p. 155) a serem seguidos em toda a atuação de uma empresa, refletindo a sua cultura organizacional e orientações estratégicas. Eles auxiliam tanto a informar como a guiar as tomadas de decisão e as atitudes dos colaboradores, transmitindo aos utilizadores as prioridades da empresa. Assim, os valores devem responder à pergunta “como?”, como é que uma empresa age; como é que ela orienta as suas atividades; como é que ela trata os seus colaboradores e a comunidade (Sooy, 2022; Mitchell et al., 2024). A definição dos valores não necessita ser única, podendo as empresas alterá-los ao longo do tempo para que melhor descrevam as atitudes e comportamentos que elas têm e se orgulham de seguir (Heemann, 2023).

Posto isto, a Catarina Rocha, Lda. tem como valores a transparência, a dedicação, o respeito, a confiança e o trabalho de equipa. Estes valores representam o modo de agir e

de trabalhar dentro da entidade, demonstrando a sua relação e proximidade com clientes e colaboradoras, e como todos são tratados em prol dos objetivos de cada um.

Sendo assim, a visão, missão, propósito e valores de uma empresa servem de orientação para o caminho estratégico de uma empresa, fortalecendo as estratégias presentes e futuras. No caso de pequenas empresas, estes conceitos proporcionam um diferencial competitivo, alinhando elementos essenciais entre empresa e clientes (Mitchell et al., 2024; Heemann, 2023).

3.3. Clientes

Segundo Olaniyan (2022), os clientes são um fator crucial na atividade de empresas e marcas, e não só por serem a sua principal fonte de rendimentos.

Primeiramente, para além de terem de conseguir manter e sustentar as suas operações, as empresas devem dar importância aos seus clientes devido ao feedback fornecido por eles. Este feedback ajuda as empresas a saber os gostos e necessidades dos seus clientes, permitindo-lhes implementar as melhorias propostas nos seus produtos e serviços.

Outra razão pela qual empresas devem valorizar os seus clientes é pelo facto de estes representarem o futuro. Da mesma forma que alguns clientes deixam de adquirir o produto de uma empresa e esta deve trabalhar por atrair novos clientes que os substituam, as empresas devem, também, empenhar-se em manter os clientes que ficam e os que vão captando, focando-se no desenvolvimento de relações duradouras que possam beneficiar clientes e empresa (Olaniyan, 2022).

No que toca a publicidade, os clientes ajudam as empresas a melhorar a divulgação dos seus bens e serviços. Ao recolher as informações certas sobre os seus clientes, como interesses, necessidades ou informação demográfica, as empresas conseguem obter uma segmentação de mercado e melhorar a forma como passam a sua mensagem a potenciais novos clientes (Olaniyan, 2022). No entanto, no caso dos contabilistas certificados e de escritórios de prestação de serviços de contabilidade, a publicidade e divulgação dos serviços devem ser executadas com cuidado acrescido. Segundo a Ordem dos Contabilistas Certificados (s.d.), “a publicidade não pode ter conteúdos propagandísticos, comercial ou de autoengrandecimento, sob pena de violação do dever de lealdade, na vertente de concorrência desleal”. Assim, de forma a não pôr em causa, não só a sua imagem, mas também a de toda a classe, o prestador de serviços de contabilidade tem o dever de atuar sob o disposto no artigo 3º, número 1, alínea b), e no artigo 16º, número 1,

do Código Deontológico dos Contabilistas Certificados, sobre concorrência leal e lealdade entre contabilistas certificados.

Sendo assim, após a situação agora exposta, os clientes carecem de uma nova importância, através da forma como eles próprios ajudam na divulgação de uma empresa. Ao passar a palavra, de preferência boa, sobre os produtos e serviços oferecidos por uma entidade, os clientes servem como método de atração de novos e potenciais consumidores que podem surgir já com uma ideia positiva da empresa (Olaniyan, 2022).

Posto isto, como a Catarina Rocha, Lda. é uma empresa local de prestação de serviços de contabilidade, toda a sua atividade gira em volta dos seus clientes, da forma como eles agem, e da forma como eles veem a entidade. Assim, o leque de clientes da Catarina Rocha, Lda. é variado incluindo pessoas singulares e pessoas coletivas de diferentes áreas à procura de diversos tipos de serviços contabilísticos.

No que se refere a pessoas singulares, a Catarina Rocha, Lda. presta serviços a empresários em nome individual com e sem obrigatoriedade de contabilidade organizada, e a pessoas singulares que meramente procuram alguém para as ajudar nesta área. No que toca a empresários em nome individual, estes procuram a empresa de forma a obter auxílio no cumprimento de obrigações fiscais e contributivas, como entrega da declaração periódica do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), validação de faturas que incluam despesas afetas à atividade, entrega da declaração trimestral de rendimentos à segurança social, processamento de vencimentos e entrega da respetiva declaração mensal de remunerações à autoridade tributária e segurança social, e entrega da declaração de imposto sobre o rendimento das pessoas singulares. Este tipo de clientes exerce atividades em áreas de restauração, pastelaria, fisioterapia, construção civil, pintura, criação de bovinos com ou sem produção de leite, comércio a retalho de vestuário, cabeleireiro, agricultura e comércio de produtos hortícolas, e outros serviços de apoio a negócios. Os restantes clientes particulares procuram a Catarina Rocha, Lda. de forma a resolver questões relacionadas com finanças, segurança social, emissão de faturas, preenchimento e entrega da sua declaração de imposto dos seus rendimentos, entre outros.

Em relação a pessoas coletivas, a Catarina Rocha, Lda. presta serviços a pequenas e microempresas, localizadas, sobretudo, no concelho da Praia da Vitória, na Ilha Terceira. Para além disso, também tem clientes localizados nos concelhos de Angra do Heroísmo; da Horta, na Ilha do Faial; e no concelho de Benavente, no distrito de Santarém. Os

serviços prestados a estes clientes incluem o registo de todas as transações no software de contabilidade, conferência de extratos bancários, conferência de extratos de fornecedores, cálculo de custos com o pessoal, processamento de vencimentos, entrega da declaração periódica do IVA, da declaração mensal de remunerações, apuramento de resultados e cálculo do imposto sobre o rendimento, entre outros serviços que as empresas possam necessitar. Estas empresas exercem atividades de restauração, comércio a grosso ou a retalho de produtos alimentares, atividades desportivas, recreativas e educativas, escutismo, organização de eventos desportivos, fisioterapia, comércio de artigos de ourivesaria e joalharia, e transportes públicos.

Concluindo, a Catarina Rocha, Lda. é uma microempresa de prestação de serviços de contabilidade que procura auxiliar pequenos negócios locais a ultrapassar obstáculos numa área onde não têm muito conhecimento, apoiando-os a manter e crescer a sua atividade. A Catarina Rocha, Lda. desempenha a sua atividade através de ideais de proximidade dos clientes e de transparência, dando importância ao conhecimento, respeito e trabalho de equipa. Também podemos ver que, ao trabalhar para um vasto leque de clientes das mais diversas áreas, a Catarina Rocha, Lda. torna-se numa empresa com um entendimento vasto sobre as várias atividades que podem ser exercidas.

CAPÍTULO IV – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ESTÁGIO

No seguinte capítulo, serão expostas algumas das atividades desenvolvidas durante o estágio na Catarina Rocha, Lda. Estas atividades compõem a rotina normal de um gabinete de contabilidade local e são adaptadas a cada cliente e às suas necessidades. Assim, as atividades descritas neste capítulo são a receção, classificação, lançamento e arquivo de documentos; procedimentos de controlo interno; atividades de recursos humanos; e obrigações fiscais e contributivas. Também, na altura devida, foi prestado auxílio no apuramento do IRC de algumas empresas clientes, atividade igualmente descrita neste capítulo.

4.1. Receção, classificação, lançamento e arquivo de documentos

Na Catarina Rocha, Lda., os documentos dos clientes chegam maioritariamente em papel, entregues por eles mesmos no escritório ou durante a recolha do ficheiro *Standart Audit File for Tax* (SAF-T) todos os meses. Por vezes, também são entregues via correio eletrónico, no entanto este método é menos frequente e acontece quando existem documentos que possam ter ficado esquecidos na entrega em mão.

No escritório, os documentos são organizados e preparados, retirando agrafos ou cliques existentes e pondo de lado documentos não contabilisticamente relevantes. Depois, os documentos são primeiro divididos pelo mês a que respeitam. Dentro de cada mês, são de novo divididos, por fornecedor, no caso de faturas, recibos, notas de crédito ou de débito; por depósito bancário, no caso de documentos bancários; ou por quaisquer outros tipos de documentos. Dentro de cada fornecedor e depósito bancário, são novamente ordenados, desta vez, por ordem cronológica. Esta organização, anterior à classificação, ajuda a conhecer e perceber as transações da empresa, de forma geral e naquele mês, facilitando a posterior classificação dos documentos, e ajudando a saber se haverá algum documento que poderá ser mais difícil de classificar.

Após a organização dos documentos, entramos no processo de classificação. Ao recolher o ficheiro SAF-T das vendas dos clientes, este ficheiro pode ser integrado no software contabilístico, no caso da Catarina Rocha, Lda., o ARTSOFT, no entanto, em certas empresas esta integração não acontece. Nestas situações, as vendas devem ser classificadas a partir de uma listagem resumo destas, referente a certo mês, recolhida através do programa de faturação utilizado pelo cliente. Outro aspeto a ter em atenção na classificação dos documentos, no que diz respeito a faturas emitidas por fornecedores, é

se estas respeitam o disposto no número 5 do artigo 36º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado. Segundo este artigo, faturas emitidas devem conter informação referente ao nome e sede ou domicílio do fornecedor e do destinatário adquirente, bem como os seus números de identificação fiscal. Na informação acerca dos bens ou serviços, devem conter “a quantidade e denominação usual dos bens transmitidos ou dos serviços prestados”, “o preço, líquido de imposto”, “as taxas aplicáveis e o montante de imposto devido” e “o motivo justificativo da não aplicação do imposto, se for caso disso”. Para além destas informações, as faturas devem, também, conter o seu número de fatura, a data de emissão desta e a data a que os bens foram colocados à disposição do adquirente ou que o serviço foi prestado. A falta de algum dos elementos referidos neste artigo obriga à classificação da fatura como despesa não devidamente documentada. Após confirmação de que as faturas seguem o legalmente estipulado, estas são classificadas de acordo com o tipo de transação, sendo as mais comuns durante o estágio, as respeitantes a contas 31 – Compras; 62 – Fornecimentos e serviços externos, e 43 – Ativos fixos tangíveis; e de acordo com as taxas de IVA aplicáveis.

Em seguida, é realizado o lançamento dos documentos classificados no software contabilístico. Na maioria das empresas trabalhadas, os documentos são lançados em diários de operações diversas, cada diário contendo 50 lançamentos. Nestes diários, os lançamentos são efetuados pela ordem com que os documentos foram previamente organizados e preparados. Numa das empresas clientes, os lançamentos são efetuados, não em diários de operações diversas, mas sim, em 3 diários, de caixa, bancos e fornecedores. No primeiro diário, de caixa, são registadas todas as transações incluídas na folha de caixa da empresa, contendo os recebimentos totais dos clientes e as suas transferências para as contas bancárias da empresa, depósitos bancários, e pagamentos a fornecedores em dinheiro do caixa. No segundo diário, de bancos, estão incluídas todas as transações que tenham passado pelas contas bancárias, com exceção das já lançadas no diário de caixa. Assim sendo, este diário inclui pagamentos a fornecedores gerais, pagamentos ao pessoal e pagamentos de obrigações fiscais e contributivas. Por fim, no terceiro diário, de fornecedores, são lançados todos os documentos respeitantes a fornecedores, como faturas, notas de crédito e notas de débito. Independentemente dos diários usados, deve ser atribuído aos lançamentos uma numeração sequencial registada tanto programa de contabilidade como no próprio documento justificativo de tal

lançamento. Esta numeração sequencial de identificação dos lançamentos facilita o acesso aos documentos justificativos dos lançamentos quando necessário.

Por fim, após o lançamento, os documentos são arquivados nas respectivas capas do cliente. Estas capas estão divididas por mês, cada capa contendo um mês, bimestre, trimestre, semestre ou ano, dependendo do fluxo de transações de cada empresa. Cada mês é dividido por diário, através de separadores indicativos desses diários, sendo neles arquivado todos os documentos justificativos dos seus lançamentos respectivos. Quanto ao arquivo dos documentos em si, os documentos de formato A4 ou A5 são furados e arquivados. No caso de haver mais do que um documento justificativo de um lançamento, estes são arquivados em conjunto por meio de cola em stic, prevenindo a ferrugem e o enchimento rápido das capas, provocado por agrafos. Os documentos que não seguem o formato A4 ou A5, como faturas em forma de talão ou talões de depósitos bancários, são colados em conjuntos de quatro em folhas de rascunho oriundas dos documentos não relevantes anteriormente postos de lado. Esta colagem é efetuada salvaguardando a possibilidade de leituras futuras de tais documentos. Nas folhas de rascunho utilizadas são previamente rasuradas quaisquer informações acerca dos clientes, como nome, número de identificação fiscal ou morada. Outro método de arquivo, neste caso para outro tipo de documentação e informação, é através de pastas digitais de cada cliente. O escritório possui um servidor comum a todos os computadores onde é possível encontrar as pastas digitais dos clientes e outra informação necessária ao funcionamento da Catarina Rocha, Lda..

4.2. Procedimentos de controlo interno

Segundo Neves (2008), os procedimentos de controlo interno auferem de uma extrema importância por apoiarem um sistema contabilístico fiável, que gere resultados fidedignos. Garantindo que a informação que chega à gestão é a mais correta, o controlo interno ajuda a que decisões que possam prejudicar a empresa sejam evitadas, prevenindo e diminuindo a probabilidade de ocorrência de erros e fraude. Na Catarina Rocha, Lda., existem quatro procedimentos utilizados de forma a controlar a informação contabilística gerada: a conferência de extratos bancários, a conferência do e-fatura, conferência das vendas, e conferência de extratos de fornecedores.

Para começar, a conferência de extratos bancários é realizada durante o processo de classificação e lançamento dos documentos. À medida que os documentos são

classificados, para aqueles que são bancários ou que contêm uma operação que envolva o depósito bancário, é picado o seu valor correspondente no extrato bancário a lápis. No final da classificação dos documentos é possível ter uma ideia de que valores e possíveis documentos podem estar em falta na contabilidade. Durante o lançamento no software de contabilidade, os valores do extrato bancário são de novo picados, desta vez a caneta vermelha, de forma a confirmar a classificação realizada anteriormente. No final do lançamento dos documentos, são comparados o saldo final do extrato bancário e o saldo da conta 12 – Depósitos bancários da respetiva conta bancária. Se no final dos lançamentos o extrato estiver todo picado, o saldo da conta 12 deve ser o mesmo valor do saldo final do extrato bancário. Se o extrato não estiver completamente picado, os valores em falta devem ser a diferença entre o saldo da conta 12 e do saldo final do extrato bancário.

Outro procedimento de controlo interno é a conferência do e-fatura, executado após o arquivo dos documentos contabilísticos. Ao aceder ao e-fatura do cliente, na secção “Verificar Faturas”, a listagem de todos os documentos faturados ao cliente é ordenada por fornecedor e por data e, posteriormente, exportada, em ficheiro excel, para a pasta digital do cliente. Tendo por base a capa com o arquivo dos documentos lançados, cada linha do ficheiro excel correspondente a um documento contabilístico é apagada, ficando, no fim, somente os documentos que estão em falta na contabilidade. Esta listagem atualizada é depois enviada por e-mail ao cliente, juntamente com quaisquer dúvidas que tenham aparecido durante a classificação, lançamento e conferência de extratos bancários. No caso do cliente conseguir entregar no escritório algum dos documentos em falta e tal aconteça após a submissão da declaração periódica do IVA referente ao período em que o documento se insere, então o documento é lançado no software contabilístico no primeiro dia do mês logo após o período da última declaração entregue, mencionando a data original do documento.

Um terceiro procedimento de controlo interno é a confirmação das vendas contabilizadas. De novo, tendo por base o e-fatura do cliente, na secção de “Consultar Totais Mensais Faturas”, são confirmados os saldos mensais das contas 2433 – IVA Liquidado, com exceção das contas de imposto intracomunitário; das contas 24341 – IVA Regularizações a favor da empresa; 711 – Vendas de mercadorias ou 721 – Prestação de serviços, dependendo da atividade da empresa; e da conta 717 – Devoluções de vendas. Assim, o valor da coluna “IVA” na secção mencionada do e-fatura, deve ser a soma das

contas 2433 subtraindo as contas 24341. O valor da coluna “Valor Total” deve ser a soma dos saldos das contas 711 e/ou 721 com as contas 2433, subtraindo-se, ainda, o saldo das contas 717 e 24341. Se todos os cálculos estiverem corretos, os saldos das contas contabilísticas mencionadas estão conferidos.

Por fim, um último procedimento de controlo interno é a conferência de extratos de fornecedores, incluído nas operações de fim de exercício, no entanto, se necessário, pode e deve ser realizado ao longo do ano. Este procedimento realiza-se para a conferência das contas 2211 – Fornecedores gerais de um ou vários fornecedores. Assim, é efetuado um contacto com o fornecedor, normalmente por e-mail, a solicitar o envio do extrato completo do cliente desde o início do ano. Após a receção do extrato, este é impresso, bem como o extrato da conta 2211 do fornecedor extraído do software de contabilidade. Ambos os extratos são picados tendo em conta os números das faturas e dos recibos e respetivos valores. É necessário ter em atenção que algumas faturas, notas de crédito ou notas de débito podem não estar lançadas na sua data de emissão, devido à entrega tardia do documento ao escritório. Após a picagem de ambos os extratos, são confirmados se os documentos não picados no extrato do fornecedor também se encontram em falta na listagem excel atualizada retirada do e-fatura, e, posteriormente, é solicitada uma 2ª via do documento ao fornecedor. Não é usual se suceder, mas outra situação que ocorreu durante o estágio foi a de um pagamento efetuado pelo cliente não estar incluído no extrato do fornecedor. Nesse caso, o lançamento do pagamento é verificado através dos seus documentos justificativos e, após confirmação de que o pagamento foi realmente efetuado, o fornecedor é contactado de forma a averiguar a situação, sendo-lhe explicada a eventualidade e enviados os documentos justificativos da transação.

4.3. Atividades relacionadas com recursos humanos

Durante o estágio na Catarina Rocha, Lda., também foram exercidas algumas atividades relacionadas com os recursos humanos dos clientes, como a comunicação de vínculos de novos trabalhadores na segurança social, processamento de salários e cálculo dos custos do pessoal, sendo que muitas destas atividades requerem uma comunicação aberta com os gestores das empresas.

De modo a comunicar o vínculo de um novo trabalhador na segurança social, os clientes têm de remeter à contabilidade informação pessoal do trabalhador, como o seu número de identificação de segurança social ou número de identificação fiscal e data de

nascimento, e informação acerca do contrato de trabalho celebrado. Normalmente esta informação chega por e-mail juntamente com uma cópia do cartão de cidadão dos trabalhadores, de forma a ser posteriormente arquivado na pasta do pessoal da empresa. Na segurança social direta da empresa, acedendo ao menu emprego e vínculo dos trabalhadores, é iniciada a comunicação do vínculo, começando por inserir a informação pessoal do trabalhador. Depois, são preenchidos os campos obrigatórios sobre o contrato de trabalho, como o tipo de contrato, se tem duração certa ou incerta, se é a tempo completo ou parcial, e qual o regime de prestação do trabalho. Também são necessárias informações acerca da data de início do contrato, a profissão a desempenhar, remuneração base e, já não sendo informação obrigatória, horas e dias de trabalho semanais e mensais, respetivamente. De seguida são completados os campos relacionados com o local de trabalho e com o enquadramento da prestação de trabalho, e o vínculo é comunicado. A confirmação da comunicação é impressa, bem como a cópia do cartão de cidadão do trabalhador e o e-mail com as informações sobre o contrato, e os documentos são arquivados na pasta relacionada com o pessoal da empresa.

Para o processamento de salários todos os meses, é necessário que os clientes transmitam informação acerca de trabalho suplementar, gozo de férias, gratificações, baixas médicas, entre outros. Na situação das baixas médicas é solicitado ao cliente o documento da baixa. Ao processar os salários, o programa de contabilidade insere automaticamente o valor da remuneração base e do subsídio de alimentação, se este for contratualizado com o trabalhador, e são inseridos por nós todos os restantes eventos extra que a entidade nos indicar. O programa contabilístico calcula o valor a pagar aos empregados, e os respetivos recibos de vencimento são guardados na pasta digital do cliente e enviados às empresas.

Ao haver este processamento de salários dos trabalhadores é também necessário calcular e classificar estes custos com o pessoal. Na Catarina Rocha, Lda. é utilizado um documento auxiliar que contém as contas a ser debitadas e creditadas. De forma a ser possível preencher este documento, é retirado programa de contabilidade um resumo dos processamentos de salários de cada mês. Primeiramente, num passo inicial, é preenchido no documento auxiliar as linhas de contas de gastos com o pessoal classificadas a débito, começando pelas remunerações ilíquidas da gerência. Esta classificação é concebida através das contas 631 – Remunerações dos órgãos sociais, referentes a remuneração base, subsídios de férias, de Natal e de refeição, gratificações e

outros. É realizada a mesma classificação com a remuneração ilíquida do pessoal, não gerência, com as contas 632 – Remunerações do pessoal. De seguida é preenchida a linha do documento auxiliar referente às contas 635 – Encargos sobre remunerações, sendo inseridos os valores da segurança social que são responsabilidade da empresa, tanto de gerência como de pessoal. No final da classificação dos débitos, estes são somados e é preenchida a linha do total dos débitos.

A seguir são preenchidas as linhas de contas a ser classificadas a crédito. Em primeiro lugar, 2 linhas com a conta 2421 sobre retenção de impostos sobre rendimentos de trabalho dependente preenchidas com os valores a ser descontados da remuneração para o imposto dos rendimentos da gerência e do pessoal. Seguidamente, são preenchidas 4 linhas referentes à segurança social. Dessas, 2 linhas contêm a conta 2451 de contribuições para a segurança social referentes ao pessoal, com as quantidades responsabilidade da empresa e as descontadas na remuneração do trabalhador. O mesmo acontece com a conta 2459, com 2 linhas de contribuições para a segurança social da gerência. São somados todos os valores de forma a encontrar o total de créditos.

Por fim, de forma a calcular os valores a inserir nas linhas das contas 2312 e 2311 de remunerações a pagar ao pessoal e aos órgãos sociais, respetivamente, é subtraído ao total dos débitos o valor do total dos créditos. No caso da 2311, este cálculo é apurado com o total das linhas referentes à gerência, e para a 2312, com o total das linhas respeitantes ao pessoal. O documento auxiliar é lançado no software de contabilidade como uma nota de lançamento, e os custos do pessoal ficam apurados.

4.4. Obrigações fiscais e contributivas

Ao longo do estágio, foram preenchidas e entregues várias declarações de carácter fiscal e contributivo tanto de empresas como de empresários em nome individual. Estas declarações obrigatórias contribuem para que as empresas mantenham a conformidade legal da sua atividade. Algumas dessas declarações foram a declaração mensal de remunerações, com o intuito de declarar rendimentos de trabalho dependente dos trabalhadores das empresas; a declaração periódica do IVA, de forma a declarar e entregar o imposto liquidado durante as operações das empresas; a declaração trimestral de rendimentos, neste caso, entregue pelos empresários em nome individual, visa declarar à segurança social os rendimentos auferidos de forma a realizar as contribuições necessárias; e o Modelo 10, com o objetivo de declarar retenções e rendimentos sujeitos,

não sujeitos e isentos de imposto sobre o rendimento, não declarados na declaração mensal de remunerações.

4.4.1. Declaração mensal de remunerações

Assim, uma das obrigações fiscais e contributivas que as empresas têm de cumprir mensalmente é a entrega da Declaração Mensal de Remunerações (DMR) na autoridade tributária e na segurança social. Na Catarina Rocha, Lda., esta entrega é controlada por 2 capas que contêm todas as declarações já entregues ao longo do ano, divididas por cliente. Assim, o primeiro passo na entrega é o de retirar do software contabilístico DMR e o extrato da declaração de remunerações da segurança social. O primeiro documento é impresso e posteriormente arquivado e, também, guardado no servidor, em ficheiro de formato .txt, de forma a entregar a declaração na autoridade tributária. O segundo documento irá servir de base para a entrega da declaração na segurança social. De seguida, segue-se a entrega das declarações.

No que toca à entrega da declaração mensal de remunerações na segurança social, esta é realizada através da segurança social direta de cada cliente. Ao seguir o extrato base da declaração de remunerações da segurança social, que contém informações necessárias à declaração, como o número de dias trabalhados, o valor de cada remuneração e a natureza das remunerações, as remunerações de cada trabalhador são inseridas no preenchimento da declaração na segurança social. A natureza das remunerações é identificada através de códigos específicos, como P para a remuneração base; N e F para subsídios de Natal e de férias, respetivamente e incluindo duodécimos; S para trabalho suplementar; C para comissões; e B para diuturnidades. Após inseridas todas as remunerações, é confirmado se o total de remunerações indicado na segurança social direta corresponde ao total do extrato impresso. Por fim, a declaração é entregue, impressa e guardada na pasta digital de cada cliente.

Quanto à entrega da declaração na autoridade tributária, o processo é mais simples. No portal das finanças de cada cliente, é acedido à secção da declaração e entregue o ficheiro .txt previamente guardado no servidor. Após a entrega, a sua confirmação é impressa e, no caso de ser necessário o pagamento de retenções na fonte dos trabalhadores, a guia de pagamento é guardada na pasta digital dos clientes para posterior envio.

Por fim, os documentos impressos durante este processo, ou seja, a confirmação de entrega na autoridade tributária, a declaração impressa a partir do software e o extrato da

declaração de remunerações da segurança social, são arquivados nas capas de controlo desta declaração, mencionadas anteriormente.

4.4.2. Declaração periódica do IVA

Na Catarina Rocha, Lda., para a maioria dos clientes que foram trabalhados, a entrega da declaração periódica do imposto sobre o valor acrescentado é realizada trimestralmente, com exceção de uma empresa que entrega mensalmente. Também, para esta declaração, a entrega é realizada através do portal das finanças da contabilista, excetuando os clientes empresários em nome individual sem obrigatoriedade de contabilidade organizada, os quais a declaração é entregue pela sua própria conta no portal. De forma a controlar a entrega e não entrega da declaração dos vários clientes, existe uma listagem onde é registada a data em que a declaração foi entregue, bem como se o cliente tem ou não imposto a entregar ao Estado. É, também, controlado nesta listagem se as vendas e as reconciliações bancárias do período a declarar foram confirmadas. Antes do preenchimento da declaração online, é extraído do software contabilístico um documento de conferência provisório da declaração periódica do IVA, de forma a confirmar se os valores de cada campo do quadro 06 correspondem à realidade.

Em primeiro lugar, são confirmados os campos referentes à transmissão de bens e a prestação de serviços, com imposto liquidado. Nos campos 1,5 e 3 são confirmados os valores das contas 711 – Vendas de mercadorias e 721 – Prestação de serviços de cada uma das taxas de IVA. Nos campos 2 ,6 e 4 são confirmados os valores das contas 2433 – IVA Liquidado de cada taxa de imposto. Os valores referentes às vendas e prestações de serviços isentas são verificados no campo 9.

De seguida, nos campos 10 e 11, referentes a aquisições intracomunitárias cujo imposto foi liquidado pelo declarante, são conferidos os valores na conta 2433 específica deste tipo de transmissões, para o campo 11, e a sua base tributável, para o campo 10. A base tributável deste imposto pode ser encontrada numa conta de gastos, imobilizado ou compra de mercadorias, dependendo do bem ou serviço que foi adquirido. Sendo assim, de forma a verificar o valor do campo 10, a partir das duas situações mais comuns nos clientes da Catarina Rocha, Lda., é verificada a conta do tipo das operações, no caso de serem operações da mesma natureza, ou são revistos os documentos justificativos das aquisições, para o caso de serem poucas operações.

Após a confirmação dos campos respeitantes a imposto liquidado, são confirmados os valores dos campos 20 a 24 de imposto dedutível, através das contas 2432 – IVA Dedutível. No campo 20, de ativos não correntes, são confirmadas as contas 24322 – Imobilizado; nos campos 21, 23 e 22, de inventários, são confirmadas as contas 24321 – Existências de cada taxa de imposto; e, por fim, no campo 24 de outros bens e serviços, são confirmados os valores das contas 24323 – Outros bens e serviços. Quando existem as operações intracomunitárias presentes nos campos 10 e 11, o valor do imposto dedutível dessas operações deve ser declarado nos campos agora apresentados, dependendo do tipo de operação realizada.

Nas operações referentes aos campos 1 a 24 do quadro 06, no caso de haver imposto quer liquidado ou dedutível de operações em espaço fiscal diferente ao da sede, este deve ser verificado no anexo R. A sua verificação segue os mesmos passos do quadro 06 do imposto respeitante a operações efetuadas no espaço fiscal da sede, no entanto as contas verificadas são aquelas referentes às taxas de imposto deste espaço fiscal diferente.

Os próximos campos a conferir são os 40 e 41 respeitantes a regularizações provenientes de notas de crédito emitidas pela empresa e pelos seus fornecedores, respetivamente. No campo 40, de regularizações a favor do sujeito passivo, são conferidas as contas 24341 – IVA Regularizações a favor da empresa; e, no campo 41, são conferidos os valores das contas 24342 – IVA Regularizações a favor do Estado. Ao conferir estes dois campos, devem ser, também, conferidos os anexos das regularizações dos campos 40 e 41. No anexo do campo 40, devem ser conferidos os valores de imposto a regularizar por mês, bem como as bases tributáveis desses valores. No anexo do campo 41, devem ser conferidos os números de contribuinte dos fornecedores, os valores de imposto a regularizar por fornecedor, bem como o valor da base tributável desse imposto.

O campo 61, de excesso a reportar do período anterior, deve apresentar o valor da conta 2437 – IVA a recuperar, também confirmado através do campo 96 da declaração anteriormente entregue. Os campos 65 a 68 respeitantes ao anexo R, devem apresentar os valores dos campos 63 e 64 do referido anexo.

Por fim, de forma a conferir os campos 90, 91 e 92, é calculado o somatório dos campos referentes a bases tributáveis; dos campos referentes a imposto a favor do sujeito passivo; e dos campos referentes a imposto a favor do Estado, respetivamente. No caso do campo 91 ser superior ao campo 92, a diferença é refletida no campo 94 de imposto a recuperar e, posteriormente transferido ou para o campo 95 de solicitação de reembolso

desse valor, ou para o campo 96 de excesso a reportar para o período seguinte. Nas empresas trabalhadas durante o estágio, que apresentaram imposto a recuperar, a opção foi sempre de reportar o excesso. No caso do campo 92 ser superior ao campo 91, a diferença é apresentada no campo 93 de imposto a entregar ao Estado.

Após confirmação de todos os campos do quadro 06 e respectivos anexos, é possível proceder ao preenchimento da declaração no portal das finanças, seguindo toda a conferência efetuada. O comprovativo da entrega da declaração de cada cliente é impresso e arquivado na capa do último mês do período declarado. Nas empresas que apresentam imposto a entregar ao Estado, a respetiva guia de pagamento é guardada na pasta digital do cliente e é lhe enviada por correio eletrónico, referindo o prazo de pagamento.

Finalmente, depois de entregue cada declaração, é registado na listagem de controlo a data da entrega e se o cliente tem ou não valor a entregar ao Estado. No software contabilístico, é efetuado o apuramento do IVA automaticamente. Na hipótese de os valores referidos nos campos da declaração apresentada pelo software não corresponderem ao verificado na declaração entregue, são mudadas as suas configurações de forma a coincidirem com a realidade e existir um apuramento do imposto correto.

4.4.3. Declaração trimestral de rendimentos

Para entregar a declaração trimestral de rendimentos dos clientes empresários em nome individual da Catarina Rocha, Lda. à segurança social, é seguida uma lista controlo com todos os clientes a entregar a declaração, bem como com a confirmação de entregas anteriores. Para cada um dos clientes, antes de começar o preenchimento da declaração na segurança social direta, é acedido ao portal das finanças e ao e-fatura de cada um deles de forma a apurar o total de rendimentos provenientes de vendas e/ou prestações de serviço dos três meses a ser declarados. É confirmado o valor mensal das faturas-recibo, “recibos verdes”, emitidos pelos clientes no portal e verificado o valor total mensal das faturas emitidas no e-fatura. No caso de um cliente auferir de rendimentos tanto de vendas de bens como de prestação de serviços, estes valores devem ser separados.

Após o apuramento dos rendimentos, é, então, acedido à segurança social direta de cada um dos clientes e, na secção de trabalhadores independentes, é preenchida a declaração, considerando os meses e a natureza dos rendimentos. Após o preenchimento da declaração, é apresentado o valor previsto da contribuição mensal a ser pago nos três meses seguintes. Se for possível, este valor é ajustado através da escolha da percentagem de variação, isto é, da percentagem que modifica o valor do rendimento declarado para

25% acima ou abaixo. Nos clientes da Catarina Rocha, Lda., este ajuste é habitualmente para baixo. Após este ajuste, temos o novo valor da contribuição a pagar e a declaração é entregue. Por fim, é registado na lista de controlo a confirmação da entrega da declaração de cada cliente.

Aquando da entrega da 4ª declaração trimestral, ou seja, a declaração referente aos meses de outubro, novembro e dezembro, entregue no mês de janeiro, é entregue, também, a declaração anual de rendimentos. Nesta declaração são corrigidos ou declarados valores de declarações do ano anterior. Desta forma, são conferidos todos os valores entregues no ano, seguindo o mesmo processo da declaração trimestral, e, se necessário, alguns valores podem ser corrigidos.

4.4.4. Modelo 10 – rendimentos e retenções

De forma a entregar o Modelo 10 sobre rendimentos e retenções de residentes é efetuado um controlo das retenções presentes nos documentos dos fornecedores e das retenções entregues à autoridade tributária através de um ficheiro excel auxiliar. Por cliente, as retenções resultantes de rendimentos diferentes são separadas em tabelas distintas de forma a conseguir calcular o total de retenção por tipo de rendimento, no caso dos clientes da Catarina Rocha, Lda., retenções de rendimentos empresariais e profissionais, prediais e retenções de IRC. Assim, as tabelas de retenções são controladas por mês, nas linhas, e pelo valor entregue na autoridade tributária, a guia respetiva, o valor da retenção de acordo com a fatura respeitante, e o valor dos rendimentos que originaram a retenção, nas colunas. O valor das retenções pode ser encontrado nas contas de retenção de impostos sobre rendimentos 2422 – Trabalho independente e 2424 – Prediais. São somados os valores dos rendimentos auferidos, os valores das retenções entregues à autoridade tributária, e os valores das retenções de acordo com as faturas, sendo que, nos últimos dois, os totais devem ser iguais de forma a confirmar se todas as retenções foram corretamente entregues. Se houver vários titulares de rendimentos num só tipo de rendimento, algo que acontece principalmente nos rendimentos empresariais e profissionais, são também somados os valores totais das retenções e dos rendimentos por sujeito passivo. Deste modo, são inseridos também no ficheiro excel os números de identificação fiscal de cada titular de rendimentos.

Após a confirmação das retenções e respetivos rendimentos, é possível preencher o Modelo 10. No quadro 4, de acordo com o verificado em cada empresa, são preenchidos

os campos 02, sobre retenções de rendimentos empresariais e profissionais; o campo 05, sobre retenções de rendimentos prediais; e o campo 08, sobre retenções de IRC, com o valor total das retenções entregues por tipo de rendimento. De seguida, no quadro 5, são preenchidos os campos 01, 03, 04, 05 e 06. Cada linha deste quadro é preenchida com informação acerca de um titular de rendimentos, como número de identificação fiscal, 01; os rendimentos totais anuais pagos ao sujeito passivo, 03; o tipo de rendimentos, 04; o seu local de obtenção, 05; e, por fim, o valor total da retenção entregue, 06. No campo 04, os códigos usados para identificar os tipos de rendimentos são: B, para rendimentos empresariais e profissionais; F, para rendas de titulares particulares; e R3, para rendimentos prediais de titulares sujeitos passivos de IRC. No final do preenchimento, é confirmado se os valores inseridos coincidem com os valores presentes no ficheiro excel, são preenchidos os restantes quadros da declaração sobre a empresa e o ano, e a declaração é entregue.

4.5. Modelo 22 – IRC

Finalmente, de forma a dar a conhecer o processo contabilístico completo de uma empresa, uma última atividade a que fui exposta durante o estágio foi o preenchimento e entrega da declaração do Modelo 22, em relação ao imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas. Segundo o Código do IRC, o imposto, de forma geral, incide sobre os rendimentos obtidos por empresas públicas ou privadas com sede ou direção no território nacional durante o ano civil, e a respetiva declaração, o Modelo 22, deve ser entregue até ao último dia do mês de maio do ano seguinte. Em 2025, através do Despacho n.º 2/2025-XXV de 9 de junho, o prazo de entrega desta declaração foi prorrogado, excecionalmente, para 30 de junho. Tal deve-se ao “apagão” geral que ocorreu na Europa a 28 de abril que afetou o funcionamento dos sistemas informáticos necessários à entrega da declaração.

Assim, sendo esta declaração o culminar de todo o ano contabilístico, existem uma série de procedimentos que devem ser realizados anteriormente ao preenchimento da declaração para que possam ser confirmadas todas as operações e fiavelmente fechar o ano e realizar a abertura do próximo.

Embora não tenham sido realizados a fundo durante o estágio, estes procedimentos abrangem a revisão de todas as contas do balancete bem como a sua conferência através de fontes externas. Assim, alguns dos procedimentos são rever o mapa de amortizações, calcular o respetivo custo, e, se necessário, criar ficha de ativo para algum imobilizado

adquirido ao longo do ano; calcular o valor realmente pago no presente ano com férias do pessoal, bem como calcular o custo das férias do pessoal a ser pago no ano seguinte; conferir as contas 12 – Depósitos bancários e 25 – Financiamentos obtidos através dos dados registados no Banco de Portugal; verificar os valores registados nas contas 272 – Devedores e credores por acréscimos e 28 – Diferimentos; e calcular o custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, conta 61, com base no inventário final fornecido pela empresa.

Depois da conferência de todas as contas do balancete é apurado o resultado líquido do período, subtraindo a classe 6 – Gastos à classe 7 – Rendimentos. Finalmente, é calculada a estimativa de imposto multiplicando o resultado líquido por 8,75%, percentagem aplicável a micro, pequenas e médias empresas (PME) da Região Autónoma dos Açores (RAA). Posto isto, após a verificação de todo o balancete e do cálculo da estimativa de imposto, é possível preencher o Modelo 22.

De forma a prevenir erros, inicialmente, é preenchido um ficheiro excel com uma réplica do quadro 07 do rosto da declaração e com as tributações autónomas. Apesar do quadro 07 ter muitos campos com a possibilidade de serem preenchidos, em micro e pequenas empresas, somente alguns chegam realmente a ser completos, como é o caso dos clientes da Catarina Rocha, Lda.. Assim, na secção da valores a crescer no quadro 07, os campos normalmente completos são o 710 de correções relativas a períodos de tributação anteriores, neste campo é colocado o valor correspondente à conta 6881 – Correções relativas a períodos anteriores; o campo 724 relativo ao IRC, tributações autónomas e outros impostos que incidam sobre os lucros, completo com a estimativa de imposto calculada anteriormente e com o valor das tributações autónomas; e o campo 716 de despesas não documentadas, preenchido com o valor da conta de mesmo nome. Esta última despesa está sujeita a tributação autónoma, à taxa de 50%, sendo este valor incluído nas tributações autónomas do campo 724, já referido.

Também são preenchidos o campo 731 de encargos não devidamente documentados, completo também com o valor da conta com o mesmo nome; e o campo 728 de multas, coimas e juros compensatórios ou moratórios obtidos pela prática de infrações, com os valores das contas referentes a estas despesas. No caso da secção de valores a deduzir no quadro 07, normalmente o único campo completo é o 756 referente a correções relativas a períodos de tributação anteriores, com o valor da conta 7881 – Correções relativas a períodos anteriores.

Em relação às tributações autónomas, como mencionado anteriormente, as despesas não documentadas estão sujeitas a uma taxa de 50%. Não obstante, tendo em conta o quadro 13 do rosto da declaração, outra despesa comum aos clientes e sujeita a tributação autónoma são as despesas presentes na conta 6266 – Despesas de representação. No campo 414 do quadro 13 é colocado a base tributável da despesa, ou seja, o valor mencionado na conta. Como é sujeita a tributação autónoma, nos Açores, à taxa de 7%, em empresas com lucro tributável, ou 14%, em empresas com prejuízo fiscal, o valor é também incluído no campo 724.

Após a verificação de todos os campos dos quadros 07 e 13 do rosto da declaração do Modelo 22 no ficheiro excel, é realizado o preenchimento da mesma no portal das finanças. Para além do preenchimento de todos os campos referentes a informação acerca da empresa e do ano a que respeita a declaração, alguns campos a ter em atenção são os respeitantes ao imposto na RAA e ao regime de redução de taxa. Em relação ao rosto da declaração, no quadro 08, são assinalados os campos 270 e 246 referentes aos regimes de tributação e de redução de taxa na RAA; e, no quadro 10, o campo 350 é completo com o valor do imposto, calculado através da multiplicação da taxa de 8,75% pela matéria coletável apurada no campo 346 do quadro 09.

No anexo C – Regiões Autónomas, no quadro 07, em relação aos Valores Globais, o campo 1 é preenchido com o valor da matéria coletável apurada, e o campo 2-A com o valor da coleta calculada pela multiplicação na matéria coletável com a taxa de 17%, taxa reduzida aplicável a PME's no Continente. Em relação à secção RAA, o campo 4-A é preenchido com o valor da coleta calculada através da taxa de 8,75%. No anexo D – Benefícios Fiscais, o campo 904-J do quadro 09 é completo com o valor do benefício fiscal obtido através do regime de redução de taxa, calculado pela multiplicação da matéria coletável por 5,95%. Esta taxa é encontrada pela diferença entre a taxa de imposto geral na RAA, de 14,70%, e a taxa reduzida de 8,75%. O campo 904-E é também preenchido com o valor do benefício fiscal obtido pela isenção de derrama municipal. Beneficiam desta isenção as empresas com sede social nos concelhos de Angra do Heroísmo e da Praia da Vitória. Este valor é calculado pela multiplicação do lucro tributável por 1,50%, taxa geral de derrama municipal nos municípios mencionados.

Por fim, depois de validar a declaração e corrigir possíveis erros que possam aparecer, a declaração é entregue, sendo enviado para a empresa cliente o documento para pagamento do imposto calculado.

Resumindo, neste capítulo foram descritas algumas das atividades realizadas no estágio englobadas em diferentes campos da contabilidade. As tarefas de receção, classificação, lançamento e arquivo de documentos asseguram a organização e integridade de toda a informação contabilística processada. Para uma maior garantia da fiabilidade desses processos, foram também realizadas atividades de controlo interno, incluindo a conferência de extratos bancários; do e-faturas; das vendas e de extratos de fornecedores. Em relação aos recursos humanos, foram descritas atividades de processamento de salários, bem como o cálculo dos custos com o pessoal, tendo por base a informação fornecida por tais salários. De forma a compreender que tipo de deveres e responsabilidades as empresas têm para com o Estado Português, foi preenchido e entregue um conjunto de obrigações fiscais e contributivas, igualmente desenvolvidas e expostas no presente capítulo, sendo estas obrigações a DMR; a declaração periódica do IVA; a declaração trimestral de remunerações e o Modelo 10 de rendimentos e retenções. Por fim, foi descrito o processo de preenchimento da declaração do Modelo 22 em relação ao IRC, de forma a finalizar e dar a conhecer todas as atividades contabilísticas necessárias no funcionamento anual de uma empresa.

CAPÍTULO V – ANÁLISE CRÍTICA AO ESTÁGIO

Neste capítulo é realizada uma análise crítica sobre os diversos aspetos que contribuíram para a realização deste estágio. Esta reflexão vai desde uma análise à entidade que me acolheu até ao contributo que os conhecimentos adquiridos durante a formação académica tiveram no desempenho das atividades realizadas, as quais também estão refletidas no presente capítulo.

5.1. Análise crítica à empresa

Até ao começo deste estágio, a única experiência de trabalho que tinha era de um estágio de um mês no departamento de receção de mercadorias de um hospital. Esse estágio, ainda que interessante, não me proporcionou grande aprendizagem profissional nem me permitiu pôr em prática conhecimentos adquiridos academicamente. Deste modo, tomo o estágio na Catarina Rocha, Lda. como sendo o meu primeiro verdadeiro contacto com o mercado de trabalho, tendo este sido enriquecedor e benéfico, ajudando-me a desenvolver competências e a ampliar conhecimentos, ambos essenciais um futuro profissional.

Antes de iniciar a análise à empresa, é de referir, como mencionado anteriormente, que para exercer funções, a Catarina Rocha, Lda. utiliza um espaço partilhado com outra empresa, a Mourocontas, Lda., também uma entidade de prestação de serviços de contabilidade. O sócio-gerente e único trabalhador desta empresa é o Sr. Saúl Mouro, um jovem com mais de 80 anos de experiência de vida e mais de 50 de experiência em contabilidade, que, por mais que os anos passem, não abre mão da sua paixão pela contabilidade e continua a dedicar-se a ela todos os dias.

Posto isto, os primeiros aspetos que tornaram este estágio numa experiência significativa, foram o acolhimento e integração no escritório. Desde o início houve disponibilidade e abertura para me responder a quaisquer perguntas e dúvidas que tivesse e para me ajudar a realizar as tarefas. Sempre me fizeram sentir como se tivesse um papel ativo na empresa, havendo um equilíbrio entre a orientação e a autonomia, através de feedback útil e incentivando-me a trabalhar da forma que me sentisse melhor.

Ao longo do estágio, fui percebendo, também, a relação entre os colegas no escritório. Um ambiente com bastante comunicação e partilha de sugestões, experiências e histórias, existindo espaço para o trabalho e para a conversa amigável. Também existe uma forte cultura de trabalho em equipa, colaboração e ajuda, onde os erros são vistos como uma oportunidade de aprendizagem e não de crítica. No escritório, ninguém parece estar

a trabalhar por obrigação, mas sim por gosto pela contabilidade, o que contribui para um ambiente leve e agradável durante o exercício das atividades.

Uma forma utilizada para avaliar empresas num contexto estratégico e competitivo é através de uma análise de *Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats* (SWOT). Esta análise ajuda a perceber quais os pontos fortes e pontos fracos de uma empresa, através de informações internas; e quais as oportunidades e ameaças vindas de fontes externas à mesma. Desenhada para dar uma visão realista e informada da entidade, a análise SWOT avalia o desempenho, o risco, o potencial e a competição de uma empresa, servindo de guia para a tomada de decisões estratégicas que aumentem o seu sucesso, no caso de utilizadores internos, e de avaliação de produtos específicos ou da indústria, no caso de utilizadores externos (Kenton, 2025). Não obstante, é defendido por alguns que somente a análise não se justifica e que esta se deve englobar num plano de ação específico. Este plano, denominado de modelo dos 4 As, envolve apontar a meta ou objetivo do plano; avaliar a empresa, referindo-se, neste caso, à realização da análise SWOT; ativar medidas de estratégia, isto é, identificar medidas benéficas e de sucesso a ser implementadas; e, por fim, aplicar o plano de ação e as medidas idealizadas (Hofrichter, 2017).

Na Figura 1 é possível encontrar a referida análise SWOT, aplicada à Catarina Rocha, Lda., enunciando os respetivos pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças, resultantes de uma avaliação interna e externa à empresa.

Figura 1. Análise SOWT da empresa Catarina Rocha, Lda.

Pontos fortes (<i>strengths</i>):	Pontos fracos (<i>weaknesses</i>):
<ul style="list-style-type: none"> • Personalização dos serviços; • Conhecimento do mercado local; • Fácil acessibilidade; • Oferta de serviços diversificados. 	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalhadores e espaço reduzidos; • Competências limitadas; • Dependência no mercado local e nos clientes; • Dependência tecnológica.
Oportunidades (<i>opportunities</i>):	Ameaças (<i>threats</i>):
<ul style="list-style-type: none"> • Inovação da tecnologia; • Expansão da oferta de serviços; • Constante mudança na legislação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Constante mudança na legislação; • Mercado competitivo; • Instabilidade económica.

Começando pelos pontos fortes, definidos como o que separa uma entidade da sua concorrência, o que se destaca nela (Kenton, 2025) e quais os atributos positivos sob o seu controlo (Hofrichter, 2017), a Catarina Rocha, Lda. sobressai pela personalização e adaptação dos seus serviços a cada cliente. Este tipo de serviço contabilístico praticado à medida das necessidades e características de cada cliente ajuda a estabelecer relações fortes com as empresas e aumenta a lealdade e confiança destas para com a Catarina Rocha, Lda..

Outro ponto forte na empresa, que ajuda na adaptação dos serviços aos clientes, é o conhecimento do mercado local. Desde o entendimento de leis nacionais, regionais e locais, até à familiaridade com os desafios e oportunidades existentes, toda a experiência que a Catarina Rocha, Lda. tem adquirido ao longo dos anos contribuem para uma maior especialização na área.

Outro aspeto que constitui um ponto forte na Catarina Rocha, Lda. é o facto ter uma fácil e rápida acessibilidade aos serviços, tanto para clientes coletivos como para particulares. Ao contrário de alguns gabinetes de contabilidade que trabalham sem atendimento ao público, na Catarina Rocha, Lda., qualquer cliente ou possível cliente consegue deslocar-se diretamente às instalações e ter as suas dúvidas e/ou perguntas respondidas sem muita dificuldade.

Também representa um ponto forte o facto da Catarina Rocha, Lda. oferecer uma vasta gama de serviços de contabilidade a empresas e clientes particulares, referidos no capítulo III, favorecendo a empresa.

Quanto aos pontos fracos, estes podem ser definidos como áreas a melhorar de forma a manter a competitividade da empresa (Kenton, 2025) e que aspetos, mesmo sob o controlo da empresa, prejudicam as suas capacidades (Hofrichter, 2017). Assim, o ponto fraco que mais sobressai na Catarina Rocha, Lda. é a quantidade reduzida de trabalhadores e de espaço que a empresa tem. Estas limitações, comparadas com empresas maiores, podem levar a sobrecargas de trabalho e dificuldade no cumprimento de objetivos e tarefas, principalmente no que toca a épocas de maior procura pelos serviços.

Este fator pode levar, também, a outro ponto fraco, competências limitadas. O facto da Catarina Rocha, Lda. ser uma microempresa com poucos trabalhadores não dá muita possibilidade de haver uma especialização acrescida em certas áreas, mantendo as suas competências limitadas ao conhecimento das duas colaboradoras.

Apesar da experiência com o mercado local ser um ponto forte, a sua dependência neste pode ser considerada como uma fraqueza, pois todas as situações, económicas ou não, que impactarem os negócios locais acabam por impactar também a Catarina Rocha, Lda.. No que toca aos clientes, a dependência na sua opinião e perceção dos serviços prestados para atrair possíveis novas empresas constitui uma fraqueza, pois diminui o controlo que a entidade tem na sua reputação.

Igualmente, a dependência tecnológica constitui um ponto fraco na empresa. A possibilidade de os equipamentos tecnológicos ficarem inoperacionais pode levar ao risco de certas atividades obrigatórias ou com prazos não sejam executadas, afetando em grande escala as empresas clientes e, conseqüentemente, a sua confiança. No entanto, apesar desta dependência, a inovação da tecnologia pode representar uma oportunidade, pois, com o tempo, a atualização das capacidades da tecnologia pode proporcionar uma maior eficiência de trabalho, resultando numa maior produtividade do escritório.

Assim, as oportunidades referem-se a fatores externos favoráveis que poderão dar vantagens às empresas, ajudando no seu desenvolvimento e impulsionamento (Kenton, 2025; Hofrichter, 2017). Desta forma, a maior procura por serviços contabilísticos e cada vez mais especializados pode constituir uma oportunidade, neste caso na expansão na oferta. Esta expansão pode levar a um conhecimento e prática superiores, ponto forte mencionado em parágrafos anteriores.

Quanto às mudanças na legislação, estas podem ser consideradas uma oportunidade, mas também uma ameaça na empresa. Por um lado, oportunidade, pois tais mudanças, que podem incluir desde a simples atualização das leis até à criação de incentivos, podem significar uma maior procura por serviços de contabilidade. Por outro lado, podem ser uma ameaça, pois a constante mudança em vários aspetos legais requer nova prática e nova adaptação aos mesmos. Se as atualizações frequentes nas leis forem complexas, estas dificultam todo o trabalho a ser desempenhado na prestação dos serviços. Deste modo, pode-se interpretar as ameaças como fatores externos que podem prejudicar as empresas, colocando em risco as suas missões e operações (Kenton, 2025; Hofrichter, 2017).

Outra ameaça é o mercado competitivo. Um dos fatores de decisão mais prominentes em novas empresas à procura de serviços de contabilidade é o preço praticado. Assim, a existência de vários gabinetes de contabilidade locais com possíveis políticas de preços mais favoráveis, podem dificultar a captação de clientes.

Por fim, e já explicado um pouco na dependência do mercado local, a instabilidade económica constitui uma ameaça, não só para a Catarina Rocha, Lda., mas para muitos dos escritórios locais, pois mesmo não influenciando a empresa diretamente, a instabilidade noutros setores de atividade pode levar à diminuição do leque de clientes prejudicando empresas fortemente dependentes deles.

5.2. Análise crítica às atividades desenvolvidas

Neste subcapítulo, é realizada uma reflexão sobre as atividades executadas, descrevendo dificuldades sentidas durante o desempenho de algumas e a facilidade de realização de outras. Não necessariamente ligado a alguma atividade específica, mas devo mencionar que a oportunidade de poder realizar várias tarefas e a liberdade de poder adaptar a sua realização à minha forma de trabalhar, trouxeram-me muita satisfação, proporcionando uma motivação e dedicação acrescidas no desempenho destas atividades.

5.2.1. Análise crítica à receção, classificação, lançamento e arquivo de documentos

As atividades de receção, classificação, lançamento e arquivo de documentos, mesmo assentes em processos rotineiros, repetitivos e demorados, são, na minha opinião, os mais importantes e essenciais do todo o sistema contabilístico. Servem de base para grande parte dos elementos da contabilidade, como demonstrações financeiras, auditorias ou declarações fiscais, pelo que, estas atividades, devem ser realizadas num processo controlado e atento, de forma serem adaptadas a cada cliente e a minimizar erros.

A receção e organização dos documentos dos clientes é uma tarefa que, ao dar a conhecer todas as transações das empresas de uma forma global, ajuda a perceber de antemão que transações se complementam, que transações poderão necessitar de informações processadas em meses anteriores, e que dificuldades poderão surgir durante a classificação. O processo de organização, ao estabelecer a ordem dos documentos mantida para as restantes tarefas, é também de extrema importância, pois, futuramente, nas situações necessárias, ajuda a procura de documentos justificativos de certas transações. Ao manter sempre a mesma ordem de organização dos documentos é mais fácil encontrá-los quando necessário.

A classificação, para mim, é das tarefas que mais cuidado e atenção deve ter, pois influencia todo o processo contabilístico que advém. Sendo a primeira atividade que contribuiu para pôr em prática o aprendido durante a formação académica, a classificação

dos documentos foi o primeiro desafio que encontrei, pois deixaram de ser simples casos práticos, para serem empresas reais, onde os erros podem distorcer resultados e prejudicar a empresa. O mesmo acontece com o lançamento no software contabilístico. Se este lançamento for descuidado, o simples erro de uma tecla, pode modificar a conta que está a ser lançada. Assim, mesmo sendo demoradas e rotineiras, ambas estas atividades requerem maior prudência, por serem aquelas que mais influência têm no exercício a longo prazo da contabilidade.

Quanto ao arquivo dos documentos, esta é, também, uma tarefa demorada, no entanto necessária para preservar e manter todos os registos intactos para consultas futuras. O método de utilizar cola para anexar documentos, mesmo que fatigoso, previne a danificação dos mesmos, evitando a ferrugem provocada por agrafos a longo prazo; facilita o arquivo de documentos mais pequenos, como talões, prevenindo o seu desaparecimento; e impede que as pastas de cada cliente fiquem rapidamente cheias, contribuindo para uma melhor organização das mesmas.

5.2.2. Análise crítica os procedimentos de controlo interno

As atividades de controlo interno são das minhas favoritas de desempenhar, pois ajudam a confirmar todo o processo contabilístico efetuado. Estas atividades também, principalmente nos primeiros meses do estágio, serviram como forma de autoavaliação ao confirmar se o que realizei estava correto, ajudando a verificar o meu progresso ao longo do estágio.

A conferência dos extratos bancários, ao ser uma tarefa que, nas empresas trabalhadas, é executada durante os processos de classificação e lançamento contabilísticos, torna-se uma tarefa relativamente fácil de cumprir. Como cada um dos valores dos extratos só é picado aquando da existência de documentos que comprovem essa transação, a conferência de extratos bancários e a classificação passam a ser tarefas que se complementam, facilitando todo o processo que advém. Deixa de ser necessário realizar uma conferência de todos os valores dos extratos das contas 12 – Depósitos bancários, podendo somente ser realizada uma confirmação dos saldos final e inicial mensais das contas da contabilidade e dos extratos do banco.

No que se refere à conferência das faturas no e-fatura, apesar de ser uma tarefa fácil, esta pode ser demorada, dependendo da empresa. Assim, para refletir a realidade o melhor possível, é necessário ter atenção ao eliminar as linhas referentes a cada documento, de

forma evitar que a listagem enviada ao cliente inclua documentos já conferidos ou que não inclua documentos efetivamente em falta.

A confirmação das vendas é, também, uma tarefa simples de realizar se todos os cálculos de confirmação dos saldos das contas respectivas estiverem corretos. Normalmente não existem diferenças entre as vendas registadas na contabilidade e as presentes no e-fatura, indicando que as vendas foram corretamente lançadas. No entanto, se houver alguma diferença, geralmente, não é muito difícil de encontrar e corrigir.

Quanto à conferência de extratos de fornecedores, dependendo do fornecedor, esta pode ser uma atividade simples e rápida ou complexa e demorada. Não obstante, considero a atividade muito importante e necessária na contabilidade, pelo que deve ser realizada com atenção. As contas dos fornecedores, mesmo não influenciando os resultados de uma empresa, dão uma ideia de como poderá estar a relação da empresa com o fornecedor, pelo que estas contas devem coincidir rigorosamente com a realidade. Ao comparar os extratos dos fornecedores com os da contabilidade, é necessário cuidado de forma a obter uma conferência fiável.

5.2.3. Análise crítica às atividades relacionadas com recursos humanos

As atividades de recursos humanos, apesar de não serem de uma área normalmente associada à contabilidade, em empresas pequenas, como os clientes da Catarina Rocha, Lda., o contabilista é que tem a responsabilidade de as cumprir, trazendo vantagens e desvantagens para a contabilidade.

Uma das vantagens é a de conhecer melhor a empresa e os seus trabalhadores. Ao executar estas tarefas, é obtida uma visão mais abrangente do funcionamento das empresas, tornando o processo contabilístico mais informado e realista. Este maior conhecimento das empresas leva a um maior controlo da informação, reduzindo o risco de falhas de comunicação e garantindo registos contabilísticos consistentes.

O facto de ser a contabilidade a realizar as atividades de recursos humanos leva, também, à vantagem de haver maior rapidez na execução das tarefas. Através da comunicação próxima entre cliente e contabilista, e da centralização das tarefas no último, o processo é facilitado aumentando a rapidez no cumprimento de prazos e obrigações.

Em relação a fatores negativos, o aspeto mais prominente é a falta de informação sobre os trabalhadores. Incluindo informação acerca do pessoal, requerida para vincular o trabalhador na segurança social, e informação acerca de faltas ou férias para o

processamento de salários, muitos clientes acabam por não fornecer a informação necessária atempadamente e, muitas vezes, esta falta de informação causa transtorno, pois existem prazos e obrigações que devem ser cumpridos.

Quanto ao vínculo na segurança social, este deve ser comunicado até pelo menos 1 dia antes do início do contrato de trabalho. No entanto, várias vezes, ou não nos é dita a informação a tempo, o que pode resultar em multas, ou não nos dão toda a informação exigida, pelo que devemos contactar o cliente de novo e ficar à espera de resposta, prolongando uma tarefa que, em condições normais, seria rápida de executar.

Quanto ao processamento de salários, a falta de informação também implica constrangimentos. Normalmente, como as empresas clientes são, em grande maioria, empresas com menos de 5 empregados, se no final do mês estas não nos dão informação acerca de faltas ou férias, é assumido que os vencimentos vão completos com as remunerações e descontos usuais. Várias vezes acontece a que os salários tenham de ser processados de novo por falta de baixas médicas, não inclusão de férias gozadas ou gratificações, estendendo, mais uma vez, uma tarefa que seria descomplicada de executar se toda a informação fosse fornecida logo de início.

5.2.4. Análise crítica às obrigações fiscais e contributivas

As atividades relacionadas com as obrigações fiscais e contributivas para com o Estado Português integram aquelas em que me sinto mais confortável a desempenhar, devido ao carácter periódico que estas têm ao longo do ano, com exceção da declaração do Modelo 10. Esta característica regular das obrigações possibilita a sua compreensão gradual, tornando o seu cumprimento uma tarefa cada vez mais fácil de executar.

No caso das obrigações desenvolvidas neste relatório, somente a declaração periódica do IVA foi preenchida já com o conhecimento de diversos aspetos a ela relacionados, por ser uma obrigação lecionada durante a formação académica. De qualquer forma, para qualquer uma das obrigações, foram usados documentos de apoio fornecidos pela autoridade tributária ou outras entidades, contribuindo para um preenchimento mais prático e simples destas declarações.

Para além disso, a possibilidade de estar envolvida na entrega destas obrigações ajudou muito para que houvesse um maior entendimento da legislação portuguesa, e de como certos aspetos lecionados na formação académica são cumpridos. Por exemplo, ao nos ser ensinado a calcular o valor do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares,

ficamos a conhecer a obrigação das empresas reterem certas percentagens do rendimento dos seus trabalhadores e de outros sujeitos passivos, no entanto não nos é dado a conhecer como é que esta retenção é efetuada. Assim, durante o estágio, foi possível perceber exatamente como esta obrigação é cumprida por meio da DMR e do Modelo 10.

Um aspeto que tornou a entrega destas declarações uma tarefa mais descomplicada de realizar foi o facto de, antes de preencher e submeter as declarações nas páginas da autoridade tributária e da segurança social, ser realizado um controlo da informação a ser declarada. Ao haver esta pré-confirmação dos dados e valores necessários às declarações, são prevenidas falhas de preenchimento e encontrados erros que ainda podem ser corrigidos. Este aspeto também proporciona segurança no meu desempenho durante o estágio, pois posso confirmar todo o processo antes de realmente cumprir a obrigação e consigo perceber em que pontos é que tenho mais dificuldade no preenchimento das declarações, levando a uma aprendizagem autónoma e gradual.

Assim sendo, as atividades relacionadas com obrigações fiscais e contributivas foram proveitosas e vantajosas para este estágio, proporcionando a aplicação de conhecimentos adquiridos academicamente e dando a conhecer novos aspetos fundamentais à atividade de empresas e empresários em nome individual.

5.2.5. Análise crítica ao Modelo 22 – IRC

Tal como as obrigações fiscais já referidas, o Modelo 22 do IRC permitiu-me compreender a complexidade do sistema fiscal português e a importância do rigor no cumprimento destas obrigações. Apesar de algum receio no início da atividade, pois o imposto não foi dos meus tópicos mais apreciados durante a formação académica, ao longo do seu desenvolvimento, acabei por perceber o seu funcionamento tornando o processo mais simples de executar.

Algumas das razões que, na minha opinião, tornaram o Modelo 22 uma declaração menos complicada e ajudaram na sua compreensão, foram o facto de os clientes da Catarina Rocha, Lda. serem micro e pequenas empresas, o que tornou o preenchimento da declaração uma tarefa menos exaustiva do que era esperado. O apoio do manual “PREENCHIMENTO DA DECLARAÇÃO MODELO 22 DO IRC” disponível online pela Ordem dos Contabilistas Certificados também auxiliou muito na compreensão geral da declaração bem como de vários campos a completar.

Inicialmente, o preenchimento de todos os campos relevantes em relação ao quadro 07 do rosto da declaração, referentes às correções fiscais a efetuar, foram um obstáculo a superar devido à extensão deste quadro e à difícil compreensão de cada campo. Nesta situação, o manual e uma nova revisão do balancete foram o suporte para que houvesse confiança no preenchimento ou não preenchimento de cada campo.

Outro desafio encontrado foi a existência de muitos campos a serem preenchidos com base em taxas e tentar perceber qual taxa aplicar em dito campo. Neste caso, a ajuda do manual e o acompanhamento dos colegas do escritório foram cruciais para compreender quais e por que razão cada taxa é aplicada a cada campo, levando a uma compreensão não só da declaração, mas também de parte da legislação portuguesa.

Um último desafio a superar foi a correção de todos os erros apresentados ao validar a declaração, e ter a certeza de que, embora validada antes da submissão, todos os campos necessários da declaração foram preenchidos. Como era a primeira vez que estava a preencher o Modelo 22, tinha muita insegurança em relação à sua submissão, devido à dúvida de toda a informação inserida estar correta e de muitos dos erros apresentados pelo portal se tornarem confusos na sua interpretação.

Deste modo, embora alguma dificuldade sentida no princípio, acho o Modelo 22 do IRC uma declaração que, ao longo do tempo, se torna mais fácil de interpretar, no entanto esta fácil interpretação deve ser conseguida com muita prática e estudo do tópico.

5.3. Aplicação de conhecimentos adquiridos durante a licenciatura e o mestrado

Os conhecimentos adquiridos ao longo da licenciatura em Gestão e do mestrado em Ciências Económicas e Empresariais, com especialização em Finanças e Contabilidade foram fundamentais para o bom aproveitamento da experiência e conhecimento prático obtidos ao longo do estágio, principalmente no que toca às unidades curriculares relacionadas com a área da contabilidade e todos os seus ramos.

Em relação à licenciatura em Gestão, as unidades curriculares de Contabilidade I e II foram indispensáveis para as atividades de receção e classificação de documentos, pois toda a base de conhecimento sobre a classificação de transações foi adquirida nestas componentes. As unidades curriculares de Fiscalidade e Fiscalidade Avançada, tal como as componentes anteriores, foram uma grande base para o cálculo de impostos, como o IVA e o IRC, pelo que, sem o conhecimento adquirido nestas unidades curriculares, o

preenchimento das respetivas declarações teria sido uma tarefa difícil de efetuar. Por fim, também os conhecimentos obtidos na unidade curricular de Finanças Empresariais I foram essenciais de forma conseguir compreender e interpretar balanços e demonstrações de resultados durante o período de fim de exercício no estágio.

No que se refere ao mestrado em Ciências Económicas e Empresariais, destacaram-se duas componentes específicas da especialização em Finanças e Contabilidade, as unidades curriculares de Contabilidade e Gestão Fiscal e Análise e Relato Financeiro. Em Contabilidade e Gestão Fiscal foram abordados muitos dos conceitos aprendidos nas unidades curriculares contabilísticas e fiscais da licenciatura, pelo que os conhecimentos adquiridos nesta componente serviram de complemento aos aspetos já abordados na licenciatura. Quanto à componente de Análise e Relato Financeiro, esta destaca-se pela exposição detalhada que a unidade curricular dá sobre as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, essenciais ao exercício da contabilidade.

Desta forma, ao longo do estágio, foram revistas algumas notas e bibliografia de certas unidades curriculares de forma a preparar o melhor possível para as atividades desenvolvidas durante o estágio. Ao longo do mesmo, senti que a revisão efetuada aos conteúdos foi imprescindível durante todo estágio, sobretudo no início, diminuindo o sentimento de insegurança na execução das atividades desenvolvidas.

Em suma, o estágio realizado trouxe muito conhecimento e muitas novas experiências que serão preservadas e ampliadas ao longo dos anos, dando, também, a oportunidade de poder explorar aspetos abordados durante a formação académica.

Apesar da Catarina Rocha, Lda. ser uma empresa de pequena dimensão, o ambiente de trabalho e a fácil comunicação no estabelecimento contribuíram para que o estágio fosse encarado com mais leveza e descomplicação. De igual modo, ainda que seja uma empresa que, pela sua dimensão e localização, tenha alguns pontos fracos notáveis, a Catarina Rocha, Lda. tem possibilidade de os ultrapassar e continuar a exercer a sua atividade destacando os seus pontos fortes e oportunidades na prestação dos serviços contabilísticos.

Este estágio resultou numa experiência rica que culminou na obtenção de aprendizagens e experiências indispensáveis e vantajosas para um possível futuro profissional na área. Não obstante algumas dificuldades sentidas numa fase inicial da execução de certas atividades, foi possível perceber que ramos da contabilidade me sinto

mais confortável e tenho mais facilidade em desempenhar, bem como aqueles em que seja preciso mais prática antes de os poder desempenhar com confiança.

Assim sendo, todas as aprendizagens e experiências foram conseguidas através dos conselhos dos colegas de trabalho, da prática desenvolvida nas atividades executadas e no aprofundamento de conhecimentos adquiridos durante a formação académica.

CAPÍTULO VI – CONCLUSÃO

Este relatório foi desenvolvido ao longo do segundo ano do mestrado em Ciências Económicas e Empresariais, com especialização em Finanças e Contabilidade, sob orientação do Prof. Doutor João Carlos Aguiar Teixeira. Este trabalho teve por base o estágio realizado no gabinete de contabilidade Catarina Rocha, Lda., e foi realizado ao abrigo do programa ESTAGIAR L.

Esta primeira experiência profissional foi uma oportunidade de expandir conhecimentos e desenvolver competências práticas através do contacto direto com atividades e procedimentos contabilísticos, bem como da aprendizagem adquirida através dos colegas do escritório. Para além da prática obtida na realização das atividades, o estágio também possibilitou a aplicação de conhecimentos lecionados na formação académica fortalecendo a sua compreensão.

Com base no enquadramento teórico da contabilidade, podemos concluir que a contabilidade moderna que conhecemos hoje é fruto de anos de estudo e experiência que foram trabalhados de forma a tornar a contabilidade no conceito existente atualmente. Mesmo nos primeiros indícios da contabilidade ou na época em que era a utilizada a escrituração numa única coluna, as características da contabilidade já eram observadas, tornando-a numa ciência que persistiu no tempo. Também é realçado como as suas divisões servem para tornar a contabilidade uma área ainda mais fiável podendo adequá-la a necessidades específicas, como o organismo a que se destina, o período de relevação dos factos ou o objeto de trabalho. Por fim, é destacado como os recursos humanos e a contabilidade podem trabalhar em conjunto e como a comunicação entre ambos traz inúmeras vantagens às empresas, desde processamentos de salários, conformidade legal e fiscal e orçamentação e planeamento financeiro e estratégico.

A partir da caracterização da Catarina Rocha, Lda., podemos observar que se trata de uma microempresa de prestação serviços de contabilidade que tem por prioridade os seus clientes. Ao auxiliar os pequenos negócios locais nesta área, a Catarina Rocha, Lda. contribui para o desenvolvimento da economia local e torna-se uma empresa de conhecimento vasto em diversas áreas.

No que se refere às atividades realizadas no estágio, o relatório explora o modo de execução da maioria das atividades praticadas. Dentro destas atividades incluem-se aquelas rotineiras e base de todo o processo contabilístico, como a receção, classificação, lançamento e arquivo de documentos. Também, e de forma a garantir a execução correta

de todo o processo, foram descritas atividades relacionadas com procedimentos de controlo interno, incluindo a conferência de extratos bancários, do e-faturas, das vendas e de extratos de fornecedores. No que toca às atividades desenvolvidas relacionadas com recursos humanos, estas contribuem para um conhecimento acrescido da empresa e do seu funcionamento, melhorando o serviço prestado. Por fim, a partir das atividades realizadas referentes a obrigações fiscais e contributivas, estas fornecem conhecimento sobre a legislação portuguesa e sobre os deveres das empresas para com o Estado português. As obrigações descritas incluem a declaração mensal de remunerações, a declaração periódica do IVA, a declaração trimestral de remunerações e o Modelo 10 de rendimentos e retenções. É, também, dado especial ênfase à declaração do Modelo 22 referente ao IRC.

Finalmente, a partir da análise crítica efetuada a todo o estágio, existem diversos aspetos a retirar. Quanto à empresa acolhedora do estágio, foi um grande fator contribuidor do sucesso do estágio, através da fácil comunicação e ambiente sentidos. Apesar de ser uma microempresa com poucos anos de existência, a Catarina Rocha, Lda. tem possibilidades para crescer e melhorar, se continuar a focar-se no que são os seus pontos fortes e aproveitar as oportunidades que aparecerem no mercado.

Em relação às atividades desempenhadas, a complexidade sentida na execução das tarefas não foi igual em todas. No entanto, independentemente das dificuldades, a ajuda dos colegas do escritório e os conhecimentos previamente adquiridos na formação académica serviram como ferramenta para ultrapassar os obstáculos encontrados. Na formação académica, destacam-se as unidades curriculares de Contabilidade I e II; Fiscalidade e Fiscalidade Avançada; Finanças Empresariais I; Contabilidade e Gestão Fiscal; e Análise e Relato Financeiro.

Assim sendo, em suma, este estágio revelou-se ser uma experiência rica e vantajosa, a nível pessoal e profissional, dando-me a conhecer o funcionamento do mundo real. Todos os conhecimentos e aprendizagens adquiridos ao longo do estágio ainda poderão ser melhorados no futuro, no entanto todas as competências desenvolvidas servirão de base para o futuro profissional.

REFERÊNCIAS

- Chen, J. (2024, 16 de maio). *Ex-Ante: What It Means and How It Works*. Investopedia. <https://www.investopedia.com/terms/e/exante.asp>
- Código do IRC. (2025). *Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas*. https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/codigos_tributarios/CIRC_2R/Pages/circ-codigo-do-irc-indice.aspx
- Código do IVA. (2025). *Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado*. https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/codigos_tributarios/civa_rep/Pages/codigo-do-iva-indice.aspx
- Despacho N.º 2/2025-XXV, de 9 de junho. Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais. https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/legislacao/Despachos_SEAF/Documents/Despacho_SEAF_2_2025_XXV.pdf
- dos Santos, R., J., & Saraiva, H., I. (2016, junho). Contabilidade pública versus contabilidade privada em Portugal – análise das estruturas conceptuais. *Revista contabilista*, (195), 55 – 61. <https://www.calameo.com/read/0003249812310c39e8cc0>
- Duckett, V. (s.d.). *HR and Accounting: A Perfect Partnership for Business Success*. maventri. <https://www.maventri.com/how-do-hr-and-accounting-work-together/>
- Fernando, J. (2025, 8 de abril). *Accounting Explained With Brief History and Modern Job Requirements*. Investopedia. Recuperado a 10 de fevereiro de 2025, de <https://www.investopedia.com/terms/a/accounting.asp>
- Freire, A. (2020, setembro) *Estratégia – Criação de Valor Sustentável em Negócios Tradicionais e Digitais* (1.ª ed.). Bertrand Editora.
- Gabinete de Estratégia e Estudos. (2025, 10 de janeiro) *Síntese Estatística Setorial*. <https://www.gee.gov.pt/pt/lista-publicacoes/estatisticas-setoriais/M%20-%20Actividades%20de%20consultoria/%20cient%3%ADficas/%20t%3%A9cnicas%20e%20similares/69%20-%20Actividades%20jur%3%ADdicas%20e%20de%20contabilidade/2387-692-actividades-de-contabilidade-e-auditoria-consultoria-fiscal/file>
- Gonçalves, C., Santos, D., Rodrigo, J., & Fernandes, S. (2016, outubro). *Contabilidade Financeira Explicada* (2.ª ed.). Vida Económica Editora. <https://books.google.pt/books?id=OMwkDwAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT#v=onepage&q&f=false>
- Heemann, M. (2023, 25 de julho). *Missão, visão e Valores: O que é? Como definir e exemplos*. Contabilizei. <https://www.contabilizei.com.br/contabilidade-online/missao-visao-valores/>
- Hofrichter, M. (2017, 17 de janeiro) *Análise SWOT: quando usar e como fazer*. Simplíssimo. <https://books.google.pt/books?id=yXEEDgAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT#v=onepage&q&f=false>
- Instituto Nacional de Estatística, I.P. (2007) *Classificação Portuguesa das Actividades Económicas Rev.3*. https://www.ine.pt/ine_novidades/semin/cae/CAE_REV_3.pdf

- Kenton, W. (2025, 29 de abril). *How to Perform a SWOT Analysis*. Investopedia. Recuperado a 20 de abril de 2025, de <https://www.investopedia.com/terms/s/swot.asp>
- Mitchell, M., Kappen, J., & Culek, C. (2024, 14 de março). *How to Write Mission, Vision, and Values Statements – 100 Exemplos to Help Guide You Through the Process*. batonglobal. <https://www.batonglobal.com/post/how-to-write-mission-vision-and-values-statements-with-examples>
- Monteiro, S., M. (2013, janeiro). *Manual de Contabilidade Financeira*. Vida Económica Editora. <https://books.google.pt/books?id=uwopAwwAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT#v=onepage&q&f=false>
- Neves, J., F. (2008, junho). A importância de um sistema de controlo interno. *Revista contabilista*, (99), 60 – 61. <https://www.calameo.com/read/0003249811a80fb11527d>
- Olaniyan, A. (2022, 10 de outubro). *THE IMPORTANCE OF CUSTOMERS TO BUSINESSES TODAY*. LinkedIn. <https://www.linkedin.com/pulse/importance-customers-businesses-today-oyindamola-olaniyan/>
- Ordem dos Contabilistas Certificados. (s.d.). *13. Podem os CC fazer publicidade para angariar clientes?*. <https://www.occ.pt/faqs?search=13.%20Podem%20os%20CC%20fazer%20publicidade%20para%20angariar%20clientes%3F>
- Ordem dos Contabilistas Certificados. (2024). *Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados e Código Deontológico dos Contabilistas Certificados*.
- SEO. (2024, 18 de maio). *HR and Accounting: A Perfect Partnership for Business Success*. recruitmenttraining.com. <https://recruitmenttraining.com/hr-and-accounting/>
- Sooy, B. (2022, 24 de dezembro). *The Difference between Mission, Vision and Values*. aespire. <https://www.aespire.com/blog/what-is-the-difference-between-mission-vision-and-values-statements>
- Stice, E. K., & Stice, J. D. (s.d.). *1.2 What Is Accounting and Why Does It Exist?*. MyEducator. <https://app.myeducator.com/reader/web/888ua/topic1/bp0k1/>
- The Investopedia Team. (2024, 13 de junho). *Accounting History and Terminology*. Investopedia. <https://www.investopedia.com/articles/08/accounting-history.asp>

UNIVERSIDADE DOS AÇORES
Faculdade de Economia e Gestão

Rua da Mãe de Deus
9500-321 Ponta Delgada
Açores, Portugal



RE

2025

**A prática da contabilidade num escritório local: O caso da empresa
Catarina Rocha, Lda.
Rafaela Ávila Valadao**